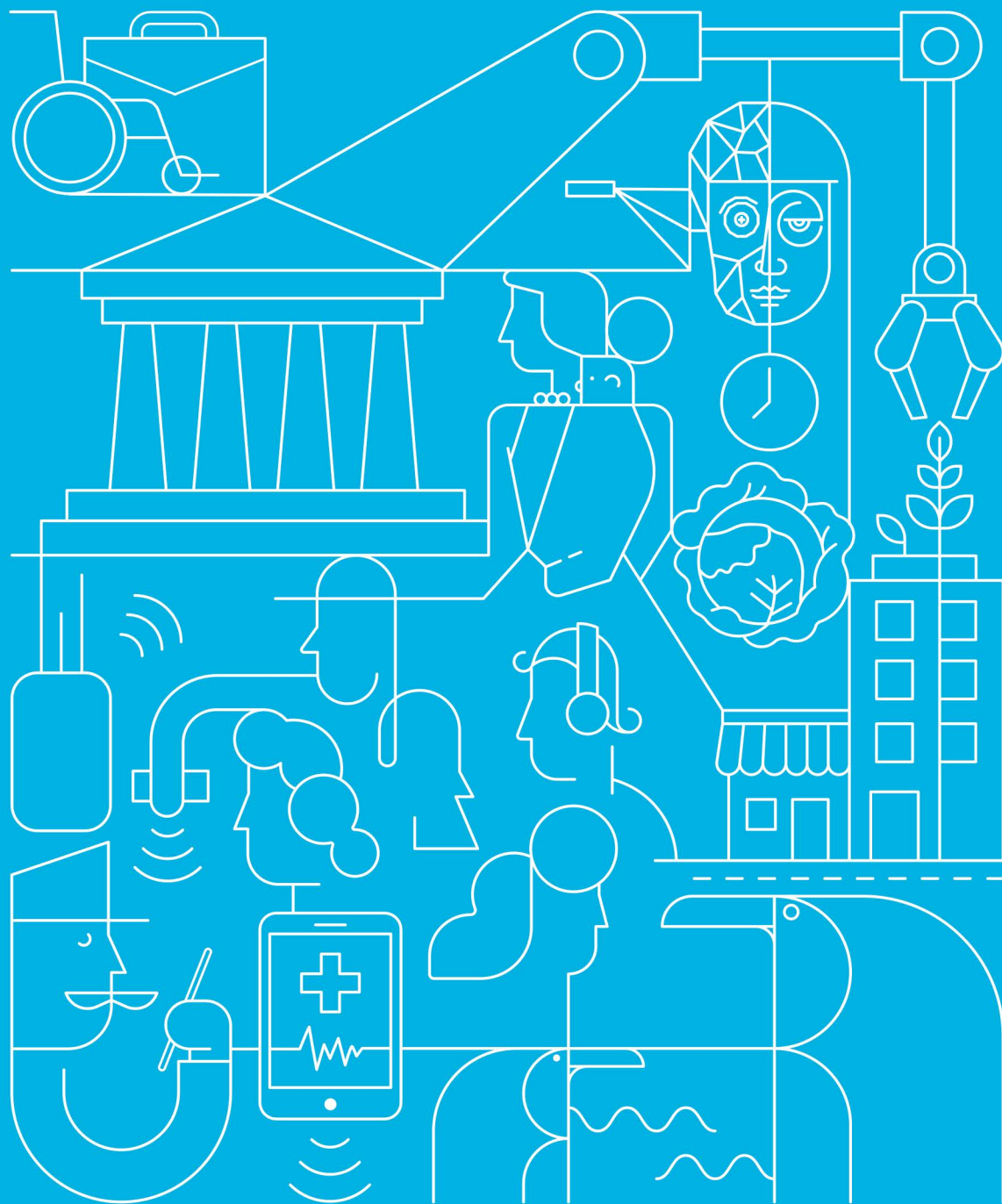


entre



campus

iscte REVISTA

EDIÇÃO N.º 11 • DEZEMBRO 2025

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

EntreCampus _ N.º 11

Teresa Simões
Coordenação

Luísa Rego
Sara Belo Luís
Texto

Marta Figueiredo
Projeto Gráfico Original

Luísa Ferreira
Fotografia

Ana Moreira
Paginação

ACD Print
Impressão e acabamento

2184-6545
ISSN

464789/19
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2025
Todos os direitos reservados



SOCIODIGITAL LAB
FOR PUBLIC POLICY
Associate Laboratory

Maria de Lurdes Rodrigues

4

Mais ciência para mais inovação

José Mariano Gago

6

As Ciências Sociais como ponte

Helena Machado

12

Tecnologias de reconhecimento facial

Maria José Sousa

18

Grupos vulneráveis no mercado de trabalho

Teresa Marat-Mendes

24

Produção alimentar na cidade 15 minutos

Rui Neto Marinheiro

30

Monitorizar espaços públicos com multidões

Gerusa Radicchi

36

Mapear o património imaterial da Antártida

Elzbieta Bobrowicz-Campos

42

Tecnologias digitais de saúde para mais velhos

Ana Espírito-Santo

48

Representação política das mulheres

Ana Margarida Esteves

54

Promover a transformação nas instituições

editorial

Mais ciência para mais inovação



Maria de Lurdes Rodrigues
Reitora

Homenagem a José Mariano Gago

No momento em que publicamos mais um número da EntreCampus, revista dedicada à divulgação dos projetos de investigação desenvolvidos por docentes e investigadores integrados nas unidades de investigação do Iscte, muitos consideram que paira uma ameaça sobre o desenvolvimento da ciência, resultante de uma reforma anunciada pelos decisores políticos.

A reforma anunciada baseia-se num propósito: é tempo de colocar a ciência ao serviço da inovação, ao serviço do crescimento económico do País e do aumento da produtividade.

Assim, com o objetivo de enfrentar os problemas do crescimento económico, foi lançada uma reforma dos setores da ciência e da inovação, assente na fusão das duas únicas agências de financiamento do sistema científico nacional: a Agência Nacional de Inovação, orientada para a gestão e financiamento da inovação e dos projetos de investigação em consórcio com empresas, e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, cuja missão é centrada na avaliação, promoção e financiamento das unidades. Com esta operação, a ciência e as decisões sobre a sua avaliação, organização e o seu financiamento passariam a estar dependentes de uma tripla tutela política – Ciência, Economia e Finanças. Tal propósito suscita perplexidades e preocupações plenamente justificadas.

Estamos em 2025. Passaram 30 anos sobre a criação do Ministério da Ciência e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, dois instrumentos muito importantes na concretização da política científica que sustentaram o desenvolvimento do sistema científico no nosso País. Permitiram a afirmação de uma tutela setorial e um de financiamento da Ciência autónomo e diferenciado de todas as outras áreas de intervenção política do Estado, designadamente da Economia, do Planeamento e do Território. Foram 30 anos de desenvolvimento inegável, com equilíbrio das diferentes áreas científicas.

A pressa e a impaciência. Os decisores políticos foram tomados pela pressa e pela impaciência com os resultados da ciência, com a transferência de conhecimento para a economia, responsabilizando os investigadores pela demora nessa transferência, pelas dificuldades do

desenvolvimento económico do País, pelo facto de Portugal se apresentar, nas comparações internacionais, como Inovador Moderado. Parece esquecido o objetivo estratégico que tem norteado o desenvolvimento do sistema científico – ganhar escala e capacidade de execução, continuar a formar doutorados, construir e renovar as infraestruturas de produção de conhecimento e informação, alcançar a meta de financiamento público e privado, 3% sobre o PIB.

Volta a fazer caminho a ideia antiga que exige à ciência utilidade imediata. O financiamento em ciência teria assim de ser avaliado em função do seu retorno económico. Ora, foi mesmo contra estas ideias que o sistema científico se desenvolveu e consolidou em Portugal. E, já agora, que a economia acelerou a sua modernização, tirando partido da maior produção científica de conhecimento que resultou do desenvolvimento autónomo da ciência. O eventual regresso à ideia de que a ciência deve ser movida pela utilidade dos seus resultados terá os mesmos efeitos que no passado: atrofia da ciência e menos conhecimento novo para alimentar a inovação e a economia.

A produção de conhecimento, saber e informação deve ser uma finalidade em si mesma. O que distingue a atividade científica é justamente a produção de conhecimento que não se sabe para que serve, ou que produtos, processos ou inovações podem com ele ser desenvolvidos. Como referia Abraham Flexner, que fundou e presidiu ao Instituto de Estudos Avançados de Princeton, num célebre ensaio sobre a utilidade do conhecimento inútil (*The usefulness of useless knowledge*), publicado em 1939, “em toda a história da ciência a maior parte das grandes descobertas, que depois se revelariam benéficas para a humanidade, [foram] feitas por homens e mulheres motivados não pelo desejo de serem úteis, mas simplesmente pelo desejo de satisfazer a sua curiosidade”.

Sabe-se hoje que o desenvolvimento das economias depende muito fortemente da sua capacidade de inovação; sabe-se também que não há inovação sem ciência, sendo três motores principais da inovação:

Em primeiro lugar, a difusão de conhecimento através da formação de profissionais nas mais diversas áreas disciplinares. Os principais veículos

de transferência de conhecimento são os quadros técnicos superiores que, com as suas competências, contribuem para a modernização das entidades em que exercem a sua atividade profissional, sejam empresas, hospitais, escolas, universidades, entidades do setor público ou do setor privado, na agricultura, como na indústria ou nos serviços.

Em segundo lugar, o investimento público e privado em I&D tendo em vista a meta de 3% do PIB. A capacidade de inovar na economia e na sociedade assenta na produção de conhecimento através da investigação científica, bem como na criação de mecanismos de valorização do conhecimento e da sua transferência para a economia e a sociedade.

Em terceiro lugar, a estrutura da economia e as características do tecido empresarial e empregador. Numa economia onde predominam empresas de pequena dimensão em setores tradicionais, e fracamente dependentes da I&D ou de conhecimento novo, são necessárias políticas de apoio à transformação da economia através de medidas que reforcem a capacidade de as empresas executarem os financiamentos públicos disponíveis e que estimulem a articulação entre as empresas e as instituições de ensino superior e de investigação.

Necessitamos de criar pontes entre produção científica, inovação, economia e sociedade. A produção científica deve ser alimentada pela curiosidade, ainda que essa curiosidade possa ter origens diversas: dilemas teóricos, observações banais no quotidiano, mas também problemas concretos, tecnológicos ou sociais. Ou, ainda, a curiosidade de quem aprende. Por isso as ligações entre investigação e ensino são importantes. Como também necessitamos de criar pontes entre ciência e economia que estimulem a inovação a partir das descobertas feitas para responder à curiosidade. Mas é uma armadilha, que conduz ao desperdício de recursos sem garantia de retorno científico ou económico, a exigência de que a ciência seja, por princípio, aplicada, útil e rendível.

As Ciências Sociais e as Humanidades são essenciais na construção de tais pontes, como defendeu, há 30 anos, José Mariano Gago no texto que publicamos nas páginas seguintes. ■

As Ciências Sociais como ponte



José Mariano Gago
(1948-2015)

A necessidade de criar um quadro de referência que permita integrar as Ciências Sociais, em moldes adequados, na política científica e tecnológica europeia, é hoje amplamente reconhecida. Em resultado das mudanças rápidas e complexas que acontecem nas nossas sociedades, têm emergido questões novas e urgentes que, para serem resolvidas, vão exigir investigação básica e aplicada. Sem a contribuição das Ciências Sociais, a ciência, a tecnologia e a política europeia de ciência não poderão avançar e enfrentar com sucesso os novos desafios da competição, complexidade e incerteza. Sem as Ciências Sociais, a ciência e a tecnologia estarão incompletas, quanto mais não seja devido ao facto de elas próprias serem construções sociais que exigem reflexão adequada. Além disso, sem um desenvolvimento amplo das Ciências Sociais, limitaremos a contribuição da Europa para um mundo mais progressivo em termos económicos e culturais.

As Ciências Sociais estão numa posição privilegiada para abordar – tanto do ponto de vista teórico como prático-organizacional – as questões colocadas pelas mudanças socioeconómicas resultantes do avanço das tecnologias de informação e comunicação, do retrocesso da indústria transformadora e da crescente marginalização, nesses processos, de comunidades e indivíduos. As Ciências Sociais encontram-se também numa posição privilegiada para oferecer uma perspetiva reflexiva e crítica sobre várias questões atuais, sendo esta perspetiva crucial para a formulação de políticas e crucial para a compreensão do processo de decisão política. Só com acesso a Ciências Sociais de ponta podem os políticos europeus evitar soluções tecnocráticas e burocráticas para problemas complexos e ter capacidade para detetar e prever problemas com antecedência suficiente para evitar catástrofes.

As Ciências Sociais permitem não só aumentar o potencial social e económico do saber na sociedade baseada no conhecimento, como identificar os problemas que herdámos das sociedades industriais. Os contributos das Ciências Sociais permitirão lidar com os processos sociais complexos envolvidos nos processos de inovação e facilitar a aplicação da inovação na resolução de velhos problemas.

Usando uma analogia arquitetónica, recorreremos à palavra “ponte” para representar as ligações possíveis entre as Ciências Sociais, as necessidades de conhecimento e as exigências societais.

Só com acesso a Ciências Sociais de ponta podem os políticos europeus evitar soluções tecnocráticas e burocráticas para problemas complexos e ter capacidade para detetar e prever problemas com antecedência suficiente para evitar catástrofes

1. Ponte entre as Ciências Sociais e os problemas socioeconómicos

Enfrentamos hoje dois tipos de problemas societários. Por um lado, os que resultam da persistência de características socioeconómicas da sociedade industrial. Por outro, os que emergiram com as sociedades pós-modernas baseadas no conhecimento.

As questões do desempenho económico, do crescimento e da concorrência industrial europeia continuam a ser centrais, mas colocam-se a par das que resultam da existência de elevadas taxas de desemprego e de problemas urbanos como o crime, as drogas, o desemprego e marginalização juvenis e o stress urbano. Continuam por resolver os problemas da desigualdade, da pobreza e do analfabetismo funcional. Apercebemo-nos de que o desenvolvimento industrial e tecnológico não pode ser olhado independentemente das suas consequências sobre o meio humano e físico. Novas formas de conceber e promover um desenvolvimento sustentável têm de ser consideradas. Com a transformação da sociedade industrial numa sociedade baseada no conhecimento, novas mudanças sociais e económicas necessitam de atenção. Mudanças induzidas pelo advento da sociedade da informação alteraram a interação social e as atividades de lazer (dos jogos de computador à navegação na internet), introduziram novos processos de aprendizagem (o conhecimento nas pontas dos dedos) e tornaram o mundo muito mais pequeno (pela comunicação rápida). O trabalho e o emprego continuarão a mudar pelo que necessitaremos de novas competências e de novos modos de organização. Acresce que,

na nova sociedade de informação, alteraram-se as perceções sobre o risco e a incerteza quanto ao futuro.

2. Ponte entre as Ciências Sociais e outras disciplinas científicas

Descobertas científicas recentes estão a mudar de forma dramática a nossa perceção do mundo da vida. Colocam-se questões complexas em resultado dos avanços da ciência, como as que se referem à utilização da biotecnologia, à engenharia genética e ao projeto de mapeamento do genoma humano. Milhares de embriões encontram-se congelados em centros médicos à espera de uma decisão sobre a sua utilização. As inúmeras possibilidades introduzidas pela clonagem colocam-nos perante novas opções sobre os modos de reprodução. Todas estas descobertas médicas suscitam questões éticas, legais e sociais. Uma ética de responsabilidade, inclusive de responsabilidade sobre o futuro, precisa, pois, de ser construída.

Além das questões e dos riscos associados aos desenvolvimentos recentes nas ciências da saúde, emergem novas preocupações ambientais questionando ainda mais a nossa relação com o mundo vivo. O questionamento dos alimentos que comemos, da água que bebemos e do ar que respiramos levou ao reconhecimento da necessidade de modos sustentáveis de desenvolvimento. O desenvolvimento industrial descontrolado contribuiu para o aquecimento global, a poluição industrial e agrícola e outros inúmeros efeitos negativos sobre o meio ambiente. Problemas como o crescimento urbano e o congestionamento exigem soluções limpas

e expeditas. A organização do espaço físico e social – que afeta as cidades, a habitação, o transporte e os locais de emprego – introduz novas questões sociais, económicas, técnicas e de engenharia. A cidade do futuro tem de ser pensada hoje. As novas tecnologias de informação e os sistemas de comunicação por satélite, a internet e o correio eletrónico alteraram os padrões de trabalho, de lazer, de comunicação e de acesso à informação. As implicações sociais e cognitivas destas novas tecnologias têm ainda de ser esclarecidas.

A investigação interdisciplinar, envolvendo a articulação entre Ciências Sociais e Ciências Naturais e da Saúde, pode desempenhar um papel importante no tratamento de algumas destas questões. Uma abordagem holística permitirá compreender melhor não só os mecanismos sociais, económicos e políticos envolvidos como as atitudes sociais e comportamentais, constituindo ainda um importante contributo para a tomada de decisão política. Em áreas como as do meio ambiente, saúde e desenvolvimento tecnológico, os cientistas sociais deveriam trabalhar com colegas das ciências naturais, da saúde e da engenharia e contribuir para a criação e transmissão de conhecimento em resultado da uma melhor compreensão dos mecanismos e práticas sociais envolvidos que assim se conseguiria. A investigação nas Ciências Sociais pode proporcionar conhecimento importante sobre as práticas sociais.

3. Ponte entre as Ciências Sociais e os objetivos e as necessidades das políticas públicas

A política científica e tecnológica requer a contribuição de diversos atores sociais e políticos, assim como de especialistas técnicos, de políticos a funcionários públicos, cientistas e público em geral. A formulação de políticas públicas já não está circunscrita às fronteiras nacionais. No contexto europeu, novas fronteiras políticas e instituições têm sido criadas e redefinidas, ou estão em vias de o ser.

A incerteza sobre o mundo em que vivemos e a desconfiança nas nossas instituições políticas podem ter repercussões negativas que precisam de ser tratadas. A desconfiança no funcionamento das instituições políticas democráticas pode fomentar um crescimento dos movimentos autoritários de extrema-direita em toda a Europa. A instabilidade política

e o conflito armado persistem mesmo no interior da Europa. Os decisores políticos têm de tratar estes problemas e fomentar a confiança no processo democrático e nas instituições políticas europeias. Um novo papel para as Ciências Sociais será ajudar a redefinir as políticas públicas europeias.

A difusão e transmissão do conhecimento e da informação, não só através do nosso sistema educacional, mas também dos meios de comunicação social, têm aumentado a disponibilidade de informação sem que, no entanto, isso se traduza numa redução das perceções de risco e de incerteza. As Ciências Sociais podem contribuir para a análise de novos tipos e formas de comunicação com o público em geral. É, pois, necessário estabelecer um diálogo entre cientistas sociais e decisores políticos. Mudanças nas políticas não podem ser travadas por atitudes de resignação. A contribuição das Ciências Sociais para a decisão política inclui a integração dos resultados da investigação na formulação das políticas e no desenvolvimento socioeconómico. As interfaces de I&D entre universidades, centros de pesquisa, governo e empresas envolverão trocas e redes mais inovadoras, sistemas de gestão mais flexíveis e uma maior mobilidade do capital e dos recursos humanos. Questões complexas como as que se prendem com a apropriação do conhecimento terão também de ser enfrentadas.

4. Uma rede de pontes

Os tempos que vivemos exigem novos diálogos e novas formas de comunicação. Estes, por sua vez, resultam da perceção de que necessitamos de um novo conhecimento sobre a sociedade que reconheça a complexidade e a imprevisibilidade dos mundos natural e social. Necessitamos de programas de investigação orientados para a reconceptualização das noções de irreversibilidade tanto como das noções de aleatoriedade e complexidade intrínsecas ao mundo natural e social. Necessitamos de conhecimento que proporcione respostas mais precisas para as questões complexas que hoje enfrentamos.

As Ciências Sociais enfrentam o desafio da construção de novos objetos de investigação que incluam não só o desenvolvimento de perspetivas de pesquisa inovadoras, mas também a criação de bases de dados europeias e de temas de investigação europeus. O objetivo

O texto *As Ciências Sociais como ponte*, de José Mariano Gago, que aqui reproduzimos, foi inicialmente publicado, em inglês, num livro intitulado *The Social Science Bridge* (1998). O livro resultou de uma reunião internacional organizada na Lapa, em Lisboa, a 4 e 5 de abril de 1997, com o propósito de mobilizar e promover a cooperação entre as Ciências Sociais e os decisores políticos na Europa.

A Comissão Europeia tinha apresentado o documento-base para o 5.º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (PQ5), que concentrava todas as prioridades em áreas tecnológicas (*key actions*), excluindo as Ciências Sociais. Neste contexto, o então ministro da Ciência e Tecnologia, José Mariano Gago, organizou o encontro da Lapa com ministros socialistas da Ciência, a Comissária Europeia de Investigação, representantes da Fundação Europeia da Ciência, do Parlamento Europeu e um conjunto de investigadores europeus de várias áreas das Ciências Sociais. Participaram investigadores como John Zíman, Paul Caro, Rob Hagendijk, Guido Martinotti, Peter Weingart, Fernando Gil e João Ferreira de Almeida, entre outros.

A discussão centrou-se em torno de quatro temas: a política europeia de investigação e as Ciências Sociais; ciência, cultura e comunicação; investigação interdisciplinar, e cidadania e instituições europeias. O encontro refletiu o empenho político e pessoal de José Mariano Gago para que as Ciências Sociais tivessem uma *key action* dedicada ao tema *Improving the human research potential and the socio-economic knowledge base*, no PQ5 (1998-2002).

deveria ser ir para além da pesquisa comparativa e constituir a realidade e a identidade europeias em objetos de pesquisa. A investigação em Ciências Sociais necessita de redefinir o seu objeto em linha com o atual processo de construção europeia. As fronteiras nacionais já não limitam as trocas económicas e culturais, pelo que as Ciências Sociais têm de redefinir o seu objeto de investigação em linha com essas mudanças.

É ainda necessário abordar as questões regionais no âmbito da Europa, bem como a identidade cultural e social europeia. Formas supranacionais de tomada de decisão estão a substituir o Estado-nação, mas persistem identidades nacionais social e culturalmente incorporadas. Continuam a fazer-se sentir forças culturais envolvendo identidades étnicas e regionais. A rede de pontes construída pelas Ciências Sociais poderá ajudar-nos a constituir as necessárias conexões entre desenvolvimento de novos conhecimentos e necessidades societais, fazendo convergir os interesses da comunidade científica, dos decisores políticos e do público em geral na resposta a pressões políticas, económicas, ecológicas e sociais.

Para criar as bases de uma comunidade científica europeia, é necessário o desenvolvimento de programas de intercâmbio e de redes de cientistas sociais. Uma comunidade científica europeia que não seja limitada a alguns temas ou a algumas disciplinas científicas, mas que cubra toda a gama de interesses científicos e contribua para a melhoria da educação e da formação.

O desafio que se coloca é redefinir o objeto das Ciências Sociais, o qual não pode continuar limitado pelas fronteiras nacionais, antes deve ser adaptado tendo em conta a nova realidade resultante das mudanças provocadas pelo advento das tecnologias da informação e pelo processo de europeização. Esta questão coloca uma outra: quais as consequências de introduzir as Ciências Sociais na agenda política europeia de ciência e tecnologia? As mudanças que vivemos exigem alterações na perceção dos problemas e nas formas da sua resolução. As Ciências Sociais podem contribuir para um novo desenho das novas estruturas de que necessitamos, edificando as pontes que permitem ligar os diferentes atores sociais, escavando os novos túneis críticos e construindo as rodovias reflexivas de alta tecnologia em direção ao futuro. ■

e n



v i s

tree



tas

Helena Machado

“É fundamental estudar a Inteligência Artificial a partir das Ciências Sociais e das Humanidades”

As tecnologias de reconhecimento facial entraram nas nossas vidas, mas ainda sabemos muito pouco acerca dos seus impactos éticos, sociais e políticos. Os benefícios, as controvérsias e os sistemas de segurança, num projeto para ser desenvolvido até 2030

por Sara Belo Luís

Helena Machado

CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

fAlces – Tecnologias de Reconhecimento Facial: Etho-Assemblages e Futuros Alternativos

O projeto pretende analisar as implicações das tecnologias de reconhecimento facial, cada vez mais usadas com múltiplos objetivos. O propósito é também o de formular uma nova “teoria social do rosto”



Financiado por uma bolsa de 2,46 milhões de euros do European Research Council (ERC), o fAlces é um projeto ambicioso: pela dimensão, pelo tema, pela premência. Pouco sabemos, argumenta Helena Machado, em relação às implicações das tecnologias de reconhecimento facial. E urge imaginar “futuros alternativos”. Com uma metodologia inovadora, o fAlces recolhe dados em vários países e será desenvolvido, durante os próximos cinco anos, numa parceria entre o CIES-Iscte e a Universidade do Minho.

Uma primeira-pergunta em jeito de desafio: se só pudesse dizer apenas um aspeto, o que é mais relevante ter em conta no estudo das tecnologias de reconhecimento facial?

Julgo que é necessário desconstruir o imaginário que vem logo associado quando se fala em tecnologias de reconhecimento facial: do lado de quem desenvolve, segurança; do lado de quem reflete, vigilância excessiva. Como se estes dois aspetos estivessem nos antípodas um do outro.

Havemos de voltar a essa dicotomia. Para já, consegue dizer qual foi o ponto zero do fAlces?

Está sobretudo ligado a duas circunstâncias. Primeiro, como socióloga de formação, sempre me interessei por questões relacionadas com a tecnologia, sempre achei que devia estar atenta a publicações que não estão diretamente relacionadas com a escrita académica: leio blogues, artigos de jornais, a *MIT Technology Review*, a *Wired*... Foi evidente que a questão da Inteligência Artificial estava a destacar-se, pelas enormes repercussões que tem na sociedade. Depois, quis ir para o reconhecimento facial porque achei que, assim, fazia uma transição interessante do trabalho anterior, que já tem duas décadas, sobre genética forense. Parece-me o caminho perfeito uma vez que, para nos candidatar-mos a uma bolsa do ERC, temos não só que ter uma ideia nova como, simultaneamente, precisamos de demonstrar que, pela trajetória já feita, temos capacidades para a desenvolver.

Interessam-lhes as questões da identidade, portanto.

De identidade e de como se constroem identidades a partir de processos de identificação humana. Por exemplo: uma pessoa tem uma aparência credível ou, pelo

Precisamos de desconstruir o imaginário que vem logo associado quando se fala em tecnologias de reconhecimento facial: do lado de quem desenvolve, segurança; do lado de quem reflete, vigilância excessiva

contrário, uma aparência suspeita? E o que significa ter uma aparência normal, esperada, aceitável, segura...?

Um investigador deve dar resposta às questões do seu tempo?

Sim, sem dúvida. Este é um mecanismo de financiamento muito específico, é suposto desenvolver a Ciência por excelência, a Ciência fundamental. Não obstante, tenho sempre uma preocupação muito grande em perceber se se trata de um tema que interessa às pessoas em geral e, no fundo, se podemos devolver resultados concretos à sociedade.

O fAlces chama a atenção para as discriminações, para as desigualdades e para a forma como as tecnologias de reconhecimento facial as podem reproduzir. Depois, será necessário desenvolver políticas públicas a partir dos resultados desta investigação?

Sim, e julgo que isso também vai ser feito a partir de uma construção com os participantes no estudo, não tem que ser só a partir dos investigadores. Dou dois exemplos concretos. Este projeto está dividido em diferentes subprojectos: um deles foca-se nos cientistas e em quem desenvolve as tecnologias a partir da academia, outro diz respeito às empresas



(embora vá tentar fugir das *big tech*, para não estar no quadro das empresas do costume...), outro está concentrado nas organizações não-governamentais, que contestam os efeitos discriminatórios e as violações de direitos humanos que estas tecnologias podem produzir... E depois temos outros dois grupos que ainda não foram estudados: os artistas e as comunidades negras e racializadas. Posso estar errada, porque isto ainda está no início, mas adivinho que será principalmente a partir destes dois subprojectos que poderemos mostrar vozes que não têm sido ouvidas no debate público. O objetivo principal é empoderar essas comunidades.

Não raras vezes, esses grupos atuam no espaço público numa lógica ativista.

Mas o nosso projeto não é um projeto de ativismo. É de descoberta de novos dados, de ir ao encontro de realidades que ainda não são tão conhecidas assim.

A multidisciplinariedade é outro dos aspetos que tornam este projeto particularmente aliciante?

Sim, há cruzamentos que podem ser muito interessantes. Por exemplo: há artistas que se tornam ativistas pela via da intervenção artística. Como os designers que estão

a desenvolver linhas específicas de roupa para as pessoas usarem nas manifestações e não serem reconhecidas por tecnologias de Inteligência Artificial de reconhecimento facial. Eu não fazia ideia de que os padrões de zebra e de tigre dificultam bastante a máquina...

Essa multidisciplinariedade estava nos objetivos do projeto desde o princípio?

Devo confessar que, quando comecei a pensar nos artistas, foi muito com base na ideia de descoberta. Achei que muitos dos questionamentos que os artistas fazem são bastante semelhantes aqueles que a sociologia adota para entender os mecanismos de poder. Desde logo: o que é uma cara “normal” e uma cara “não normal”? Há artistas que se interrogam sobre isto e que, numa determinada exposição, nos convidam a selecionar, dentro de um padrão imenso de caras, aquelas que nós achamos que pertencem a pessoas condenadas por crimes. Ou pessoas bissexuais, ou homossexuais, tudo o que saia do padrão normativo convencional. O que é socialmente aceitável tende a ter mais poder do que não é socialmente aceitável, de acordo com os padrões vigentes. Mas o que são padrões vigentes? É preciso clarificar tudo isto...



As tecnologias de reconhecimento facial também podem ter implicações na forma como a cidadania é vivida?

Completamente. Temos que recolher todos esses elementos, mas já sabemos algumas coisas porque já há relatórios publicados, nos Estados Unidos da América, na Suécia e em França. Nas escolas, por exemplo, houve um grande debate acerca da utilização do reconhecimento facial com o intuito de identificar e, depois, com o intuito de fazer análise de expressões. Para tentar avaliar se o estudante está ou não atento na sala de aula. Durante a Covid, em vários países, o reconhecimento facial foi usado em algumas instituições de ensino superior. Não deve ter sido caso único, mas a Escola de Direito da Universidade do Minho fez isso. O episódio acabou por ter mais visibilidade porque os alunos aperceberam-se e organizaram um abaixo-assinado contra essa utilização. E a nossa interrogação é: continua a ser usado ou não? As crianças e os adolescentes vão adaptar o seu comportamento à sensação de estar a ser permanentemente vigiado?

No limite, constroem até a sua própria identidade com base nesse pressuposto.

Isso, nada sabemos no que diz respeito às implicações. Mas adivinha-se que sejam

bastante negativas, até porque estamos a interferir na liberdade individual de cada um. Além do mais, a análise de emoções, com base na análise das micro expressões, é bastante discutível. Existe até um ramo da psicologia cognitiva e das ciências computacionais que está a trabalhar nesse assunto porque a verdade é que ele tem muitas aplicações comerciais: por exemplo, é possível monitorizar as expressões do consumidor numa grande superfície. E na segurança pública também: supostamente, através das expressões, consegue-se adivinhar se uma pessoa está prestes a cometer um ato violento.

Também há dilemas éticos a ter em conta?

Não é nossa intenção trabalhar nesse sentido, podemos ter a nossa opinião pessoal, mas não nos vamos pronunciar sobre o que está certo e errado. Não sabemos o que, de facto, está a acontecer, mas uma coisa é certa: isto conduz-nos a dois tipos de posicionamento ético bastante interessantes. Um engenheiro pode estar a trabalhar com colegas da neurologia sobre análise de emoções, pode até estar a pensar em aplicações no domínio da saúde mental, achando que está a contribuir para algo bastante benéfico para a sociedade. E um cidadão comum pode considerar que isso invade seriamente a sua privacidade.

Será principalmente a partir dos artistas e das comunidades negras que poderemos mostrar vozes que não têm sido ouvidas no debate público

Ficaria satisfeita se, no final, conseguisse que o fAlces nos libertasse daquela dicotomia vigilância/segurança, dominante neste debate?

Sem dúvida. E o que é que está no meio? Como é que todas essas dicotomias se cruzam entre elas? As dicotomias fazem-me muita confusão, se estamos sempre a pensar em termos dicotómicos, nunca vemos o que está no meio. Ambicionamos, de facto, sair disso. E mesmo a questão da ética está esvaziada de sentido. O que é a ética para um engenheiro que está a desenvolver Inteligência Artificial? Ou para um artista? Ou para um membro de uma comunidade negra? Os engenheiros estão a falar imenso sobre os aspetos éticos, os filósofos, os juristas... E os sociólogos constataam que a ética está a ser cooptada pelas empresas e pelos engenheiros. Perceberam que, se usarem o discurso da ética e dos direitos humanos, as pessoas desconfiam menos da tecnologia. E todo esse vocabulário passou para o setor do marketing e das relações públicas.

Uma das ideias-chave do projeto é estudar a realidade de vários países – como chegou a esta seleção de países?

Antes de responder diretamente, deixe-me contar que, durante a candidatura, quando chegámos à fase da entrevista, a primeira pergunta que me fizeram foi: como é que é possível um projeto sobre tecnologias de reconhecimento facial não contemplar a China? Não acho que haja uma diferença substancial em termos de presença de tecnologia – não estou a falar das implicações da sua utilização – entre Pequim e Nova Iorque. Num museu ou nos transportes públicos, estamos constantemente a ser monitorizados, as nossas caras são gravadas e, muito provavelmente, está também a ser feita análise de emoções. Em todos os países selecionados conseguimos identificar controvérsias e também uma presença forte de organizações

não governamentais. Vamos começar por França e pelo Brasil, que tem um mercado muito apetecível tanto para as empresas norte-americanas como para as empresas chinesas que vendem reconhecimento social. Também é o país do mundo com mais população africana fora de África. Depois, vamos ver ainda os Estados Unidos da América (estas mudanças políticas deixam-me receosa...), a Alemanha, o Reino Unido e o Canadá (partimos do pressuposto que se trata de um país com um elevado nível de tolerância relativamente à imigração, é o arquétipo...). E Espanha, que curiosamente tem organizações não governamentais bastante empenhadas nos direitos das comunidades ciganas e dos imigrantes. Queria ter um exemplo da Europa do Sul e, com um bocadinho de sorte, pensei, consigo ter um projeto só sobre Portugal...

Outro ainda?

Sim, mas esse é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e não é sobre reconhecimento facial, é só sobre Inteligência Artificial, deixado assim de modo amplo de propósito. Nesse, já me atrevi a prever, na metodologia, fóruns de consenso (não gosto nada da palavra, não é estar toda a gente alinhada, podemos ser felizes com posições divergentes...). Acho que é mesmo importante estudar a Inteligência Artificial a partir das Ciências Sociais e das Humanidades e não deixá-la apenas a quem desenvolve tecnologia...

Aos engenheiros?

Não só. Com a Inteligência Artificial generativa, a questão também se coloca com as neurociências, a linguística e a psicologia cognitiva. Dentro do *machine learning*, o que agora os engenheiros estão a fazer é o *deep learning*, é pôr a máquina a aprender sozinha, a tentar simular as conexões do cérebro. No fundo, trata-se de pôr a máquina a pensar de acordo com o cérebro humano. ■

Maria José Sousa

“O mais importante é conseguirmos mudar a vida de algumas pessoas”

Passar da teoria à prática e, assim, integrar no mercado de trabalho pessoas vulneráveis – jovens, no caso português. Ajudar a traçar objetivos, definir caminhos e, no fundo, um futuro melhor

por Sara Belo Luís

Maria José Sousa

BRU-Iscte – Business Research Unit

Synclusive

Tenciona estimular a inclusão de grupos particularmente vulneráveis no mercado de trabalho. Desenvolve *living labs* em diferentes contextos europeus e trabalha em colaboração com municípios, empregadores, sociedade civil e comunidades



A entrevista com Maria José Sousa começa pelo Synclusive – o projeto que está a decorrer até 2027 e que pretende incluir pessoas vulneráveis no mercado de trabalho – e termina com a sua própria história da vida. Porque as histórias de vida também permitem a explicar o percurso que se fez, as opções que se foram tomando e, sobretudo, a maneira como se enfrentam as dificuldades. “Nasci numa aldeia de 200 habitantes, Vila Azedo, a sete quilómetros de Beja. Quase todas as minhas amigas de infância ficaram na região, têm um emprego, saem de casa às nove da manhã e regressam ao fim do dia. Eu não sou assim...”, conta a investigadora. E justifica, remetendo de imediato para o projeto de que é coordenadora e que, em Portugal, está direcionado para o emprego jovem: “A minha estrutura de pensamento é outra, não sei onde a adquiri, talvez seja a visão que temos do mundo.”

Que tipo de atividades têm decorrido neste *living lab*, integrado no projeto Synclusive?

Como o nome indica, um *living lab* é um espaço vivo, que agrega um conjunto de relações entre os diferentes *skateholders* associados à área do emprego: câmaras municipais, associações empresariais, empresas de recrutamento e seleção, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)... Desenhámos um plano de ação e, juntamente com os nossos parceiros, fizemos várias intervenções que ajudam os jovens a desenvolverem os seus conhecimentos e as suas competências. Fizemos, por exemplo, um curso de Microsoft Excel e outro de impressão 3D, que teve muita adesão.

Em Portugal, não existe apenas este *living lab*?

Não, existem também mais três *living labs*. Os restantes países onde o Synclusive está a decorrer – Bulgária, Países Baixos e Finlândia – têm apenas um, mas aqui eu decidi estender os *living labs* a várias regiões do País.

E porque é que, no caso português, orientou o projeto para o emprego jovem?

Cada país concentrou-se naquilo que é a sua maior necessidade. A Bulgária escolheu as mulheres com mais de 50 anos; os Países Baixos e a Finlândia preferiram os desempregados de longa duração.

Quando escolhi, pensei sobretudo na complexidade do problema que temos em Portugal com os jovens. Mesmo o programa Garantia Jovem tem muita dificuldade em chegar até eles e sobretudo em mantê-los integrados...

Não conseguem envolvê-los, é isso?

É complicado... No princípio, tivemos muitas dificuldades, tivemos que ajustar a estratégia. Fizemos uns folhetos, todos bonitinhos, concretizámos uma parceria com o Garantia Jovem e com uma série de juntas de freguesia. Conseguimos constituir uma turma de 30, mas no primeiro dia... só apareceram cinco. No IEFP, é a mesma coisa: os jovens inscrevem-se e depois não aparecem.

Onde é que a dinâmica falha, então?

Foi o que tentámos entender, é preciso perceber como conseguimos motivá-los, mantê-los nos programas. Começámos a estabelecer parcerias com escolas secundárias, onde há muitos jovens que querem ir para a universidade, mas onde também existem muitos outros que não querem continuar

**Estamos a tentar
perceber o que é
que estes jovens
vão fazer a seguir,
que competências
desenvolveram, que
aspirações têm em
relação ao futuro.
E também temos
ajudado na integração
no mercado de
trabalho**

a estudar. Fizemos uma parceria com escolas de referência, com aquelas que têm jovens com maiores vulnerabilidades económicas, sociais e familiares. Aliámo-nos aos professores e temos estado a trabalhar com o seu apoio, antes de os jovens desaparecerem.

No final do ensino obrigatório dispersam?

Aí já é muito mais difícil... Temos que perceber para onde é que os jovens vão, o que é que eles estão a fazer. Identificámos os mecanismos para fazer esta aproximação, redigimos documentos de políticas públicas com recomendações, integrámos um módulo de mentoria no curso Jovem Mais Digital e já fizemos duas experiências na Amadora. Estamos a tentar perceber o que é que estes jovens vão fazer a seguir, que competências desenvolveram, que aspirações têm em relação ao futuro. E também temos ajudado na integração no mercado de trabalho.

Já há resultados?

Nesse momento, conseguimos integrar no mercado de trabalho um total de 13 jovens.

E temos outros quatro em mobilidade para funções de maior responsabilidade, incluindo com salários mais elevados. Claro que eu gostaria que os números ainda fossem maiores, mas a verdade é que estamos muito contentes. Nenhum dos outros países chegou a valores destes: conseguimos formar 304 jovens. De tal maneira que a Comissão Europeia vai considerar o nosso projeto uma boa prática. Soubemo-lo há pouco e ficámos muito satisfeitos, porque tem sido um trabalho enorme, com muitos obstáculos. Estabelecemos uma rede, falei com a Câmara Municipal de Lagoa para o Algarve, falei com o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia... Vencemos as dificuldades.

Como nasceu o Synclusive?

Nasceu de um convite do professor Steven Dhondt, da Universidade de Tilburg, nos Países Baixos, com quem trabalhei há alguns anos. A TNO, uma empresa na área da inovação e da investigação, queria desenvolver vários *living labs* na Europa e, em 2021, começámos a preparar a candidatura. Trata-se de um projeto da

Vulneráveis na Europa

Os quatro países europeus onde se desenvolve o Synclusive

Países Baixos

Os grupos principais envolvidos no *living lab* da região de Amersfoort são jovens desempregados há mais de um ano, com pouca experiência profissional e, não raras vezes, com histórico de migração, deficiência ou doenças crónicas

Bulgária

O *living lab* da cidade de Sofia foi concebido para um grupo específico de vulneráveis: mulheres com mais de 55 anos. Entre outros fatores, frequentemente, apresentam baixo nível de competências digitais

Finlândia

Implementado na cidade de Kokkola, o *living lab* finlandês está orientado para desempregados de longa duração (mais de um ano) ou pessoas que, frequentemente, têm períodos de desemprego

Portugal

A investigação portuguesa centra-se em jovens desempregados, com menos de 30 anos e ausência de competências técnicas e comportamentais para entrar no mercado de trabalho

ordem dos três milhões de euros, divididos pelos vários parceiros. Naturalmente que a Comissão Europeia quer saber que dinheiro está a gastar, se tem sido bem empregue, se tem impacto, se produz resultados...

Os “vulneráveis”, em Portugal, são muito diferentes dos “vulneráveis” dos outros países europeus?

O que vemos no nosso mercado de trabalho não é assim tão distinto do que observamos nos restantes países europeus. O que as nossas empresas precisam é de pessoas qualificadas, pessoas com potencial para se manterem no mercado de trabalho. Muitas das nossas pequenas e médias empresas vivem no limiar da sobrevivência e, efetivamente, os “vulneráveis” não estão no seu radar. Existem algumas políticas públicas para inserir pessoas com deficiência, mas de uma maneira geral essa não é a visão das nossas empresas. Os vulneráveis continuarão, assim, a ser cada vez mais vulneráveis. E depois também temos

uma panóplia de subsídios que motiva um pouco este *statu quo*.

Há a tendência para resolver esse problema com prestações sociais?

O que acontece é que os jovens não vêm à formação porque não estão motivados para tal, nem sequer aparecem na primeira sessão. Têm outras coisas para fazer, recebem subsídios e, de alguma maneira, pensam que isto não vai mudar nada as suas vidas. Julgo que existe um hiato entre o tecido empresarial, as políticas públicas e todos os grupos de vulneráveis. É preciso repensar esta questão. A Comissão Europeia está atenta e, por isso, também investe nestes projetos, quer saber o que se passa em cada um dos países. As políticas públicas estão, efetivamente, a dar resposta às necessidades? Estive agora em Bruxelas, com o DG Employment, Social Affairs & Inclusion e eles assumem mesmo que têm como objetivo reduzir o empobrecimento



O que vemos no mercado de trabalho português não é assim tão distinto do que observamos nos restantes países europeus. As nossas empresas precisam de pessoas qualificadas

até 2050 e daí quererem definir um conjunto de políticas públicas direcionadas para os grupos mais desfavorecidos.

Consegue caracterizar esses jovens vulneráveis?

São sobretudo jovens que saem da escola muito cedo, que não terminam o ensino obrigatório. Não têm conhecimentos nem competências suficientes para entrar no mercado de trabalho. Existem, claro, algumas funções que eles podem desempenhar, as empresas aceitam alguns, mas são empregos muito precários, até sazonais. Muitas vezes, também são jovens com contextos familiares muito difíceis, sem grandes objetivos nem motivações. Vulneráveis, em suma, são todos aqueles que não têm um valor acrescentado para dar ao mercado de trabalho e à sociedade.

Já alcançaram os objetivos, mas o projeto dura até 2027. O que se segue?

Neste momento, estamos sensivelmente a 60% do projeto, sendo que a maioria das intervenções já foram realizadas. Estamos a terminar as intervenções em Lagoa e, agora, estamos muito focados nas do Alentejo; em Lisboa, ainda vamos tentar fazer mais uma ou duas. Mas não vamos parar: esperamos chegar ainda a mais jovens, continuar com esta bola de neve. Espero mudar um bocadinho, sei que não vamos conseguir...

Mudar o mundo?

Não, isso não, mas se conseguirmos chegar às pessoas... O mais importante é conseguirmos mudar a vida de algumas pessoas.

Na investigação, é isso que a move?

Sim, a minha investigação não é teórica, gosto de ver o resultado do que faço. Não quer dizer que não exista uma componente teórica...

Mas gosto de ação, e gosto que os meus projetos tenham essa componente de ação, de implementação no mundo real.

Ficará feliz se saírem daqui algumas pessoas um pouco menos vulneráveis?

Sem dúvida, isso é aliás o fundamental.

Que consigam ter um objetivo, precisam de ter objetivos na vida, perceber que a vida deles pode mudar. Não têm que se resignar, podem avançar. Nasci numa aldeia de 200 habitantes, Vila Azedo, a sete quilómetros de Beja. Quase todas as minhas amigas de infância ficaram na região, têm um emprego, saem de casa às nove da manhã e regressam ao fim do dia. Eu não sou assim...

Com que idade saiu do Alentejo?

Tinha 19 anos quando terminei o ensino secundário, em Beja. Não sabia o que fazer da vida... Fui para Suíça fazer *babysitting* e, quando vim nas férias da Páscoa, inscrevi-me num curso de informática, no Instituto Português da Juventude. Estive em Lisboa a fazer o curso durante seis meses e nunca mais voltei para a Suíça. Depois do curso, fui para Rio Maior e montei um centro de formação na Casa do Povo. Dava aulas aos diretores dos bancos de Rio Maior, eles olhavam para mim e eu era uma miúda [*risos*]... Estávamos nos primórdios da informática, tinha 24 anos e nunca tinha tido contacto com a informática! O Alentejo está sempre no meu coração, vou lá todos os meses. Mas a minha estrutura de pensamento é outra, não sei onde a adquirir, talvez seja a visão que temos do mundo, a visão que temos da nossa vida. Não nos podemos resignar, precisamos de seguir o nosso caminho, temos um mundo de oportunidades pela frente. ■

Teresa Marat-Mendes

“A cidade dos 15 minutos não é só a mobilidade verde: se quero ir buscar alimentos não pode ser através de um carro”

A alimentação está transformada num serviço, mas o planeamento urbano também deve preocupar-se com os recursos naturais, as matérias-primas – e o caminho que faz aquilo que nos chega à mesa para comermos

por Sara Belo Luís

Teresa Marat-Mendes
Dinâmia'CET-Iscte – Centro
de Estudos sobre a Mudança
Socioeconómica e o Território

**HAT – Hying Agriculture
and Transit**

Conjugando a produção alimentar com o conceito de cidade de 15 minutos, o projeto explora o potencial da agricultura urbana na promoção de uma ideia de cidade orientada para o desenvolvimento da proximidade verde



É muito curioso porque a arquiteta Teresa Marat-Mendes usa uma palavra que habitualmente está relacionada com as Ciências da Vida para falar de grandes centros urbanos. “As cidades têm um metabolismo”, diz ela. E, por vezes, acrescenta, esse metabolismo “não está saudável”, “não funciona”. No projeto que atualmente tem em mãos, intitulado *Hyping Agriculture and Transit (HAT)*, junta a questão da alimentação ao paradigma da cidade de 15 minutos para demonstrar que a sua ciência, a arquitetura e o planeamento urbano, também tem algo a dizer sobre os fluxos que o automóvel tem vindo a impor às matérias-primas e aos recursos naturais. Defende que é preciso adotar soluções tendo em conta a natureza de cada lugar e, sobretudo, é preciso voltar a olhar para as comunidades. E alerta: “É preciso assegurar que todos os bairros e subúrbios possam, num raio de 500 metros, a 15 minutos a pé, chegar a estes bens.”

Para quem tem estudado a cidade de Lisboa, exige-se começar por perguntar: é lisboeta?

Não, não nasci em Lisboa, nem sou filha de lisboetas. Sou filha de pais e avós alentejanos, de Monsaraz, perto do Redondo. Nasci em Luanda, em 1970. Quando se deu o 25 de Abril, a opção da minha família não foi regressar a Portugal e, por isso, durante uns tempos, ainda vivi entre Pretória e Joanesburgo. Quando voltámos, fui para Aveiro e só depois para a Grande Lisboa. Fiz o liceu em Oeiras, com excelentes professores da área das Artes, sempre pensei que fosse para Escultura... Acabei em Física porque queria perceber como é que o mundo funcionava. Só que depois descobri que a Física não tinha a dimensão estética e criativa que me apaixonava. Fiz o curso de Arquitetura ainda no antigo Convento de São Francisco e foi aí que me senti completamente preenchida, porque continuava a ter a Ciência e, simultaneamente, a criatividade. Para mim, só a estética não faz sentido, preciso de perceber as coisas.

Na sua opinião, que características específicas tem a cidade de Lisboa?

A sua localização geográfica, marcada por uma cultura muito específica,

que é simultaneamente atlântica e mediterrânica, como dizia Orlando Ribeiro. Lisboa possui ainda outra particularidade: é um cruzamento de gentes do passado, entre mouros, nórdicos e africanos, aqui há de tudo. E o nosso território, as nossas casas e os nossos povoados são uma amálgama dessa gente. Todo esse saber moldou o nosso território e desde há muito que faz dele cosmopolita.

Este projeto de investigação nasceu de um outro, sobre hortas urbanas. Mas sobretudo da ideia de que os circuitos da alimentação devem ser tidos em conta nas decisões das políticas?

Deixe-me só explicar um pouco. O meu interesse pela alimentação, agora mais focado nos bairros e também na alimentação de uma cidade de 15 minutos, sempre teve a ver com a questão do planeamento. Como é que, em termos de ordenamento do território, as cidades podem gerir os seus recursos naturais (sendo que a água e a alimentação são os recursos basilares)? Todo o meu passado tem sido dedicado a entender como é que as cidades têm evoluído, o território, a arquitetura, a articulação entre o homem e o meio ambiente. Foi por isso que cheguei ao projeto das hortas, para estudar os recursos naturais e para saber é que a gestão da água foi sendo feita para manter uma certa agricultura diária.

A cidade que temos hoje parece ter-se esquecido disso?

A cidade de hoje parece ter-se esquecido de que também tem que alimentar a sua população. Acomodou a ideia de que alguém está ali com um supermercado ou com o que quer que seja. A alimentação passou a ser como ir ao banco, é só levantar na caixa, deixou de haver contacto com a água, a alimentação, a matéria-prima. As pessoas acabaram por se esquecer, não por uma questão de má-fé, mas porque se foi perdendo uma herança cultural. O *Atlas of the Food System* [livro da autoria de Teresa Marat-Mendes, Sara Silva Lopes, João Cunha Borges e Patrícia Bento d'Almeida, publicado pela Springer] oferece um mapeamento, focado nos 18 municípios da região de Lisboa, dos recursos e também dos locais onde eles eram transformados.



Lisboa possui uma particularidade: é um cruzamento de gentes do passado, entre mouros, nórdicos e africanos, aqui há de tudo. E o nosso território, as nossas casas e os nossos povoados são uma amálgama dessa gente

Ou seja, não eram apenas as hortas urbanas e o peixe, mas eram também, por exemplo, as infraestruturas ligadas à seca e à venda do bacalhau.

Esse verbo está conjugado no passado, mas também podia ser conjugado no presente, certo?

Sim, claro. Quero mostrar que esse passado não morreu, que está lá, e que há pessoas que ainda vivem dessa atividade primária.

Temos uma maior ligação àquilo que se entende genericamente como sendo o mundo rural do que poderíamos pensar?

Sim, o *Atlas* serviu, aliás, para mapear isso tudo, para mostrar o que já morreu, o que está estagnado, mas que ainda está vivo. E para mostrar que há um potencial para trazer isso no tempo presente. O HAT é olhar para onde vivem as pessoas hoje, evidenciar que a maior parte vive realmente nos subúrbios de Lisboa, num isolamento de acesso ao alimento.



Não há autarquias, não há juntas de freguesia, não há bairros que promovam tudo isto. Na pandemia, o número de hortas cresceu não só porque as pessoas tinham tempo, mas também porque o território estava acessível. Por isso, o planeamento e as políticas urbanas têm que olhar para esta frente. O HAT alia a produção de agricultura à cidade dos 15 minutos.

Fala-se na cidade dos 15 minutos sobretudo por causa das questões da mobilidade.

Como se articula com a alimentação?

É verdade, mas a cidade dos 15 minutos não é só a mobilidade verde: se quero ir buscar alimentos não pode ser através de um carro, como acontece na maior parte dos subúrbios. É preciso assegurar que todos os bairros e subúrbios possam, num raio de 500 metros, a 15 minutos a pé, chegar a estes bens. E não são apenas os subúrbios, na Baixa pombalina, onde pouca gente vive, passa-se o mesmo. No projeto, temos especialistas em agricultura urbana e especialistas na cidade de 15 minutos e trabalhamos para, em conjunto, enformar políticas públicas futuras.

No seu entender, a Ciência serve sobretudo para isso, para contribuir para o bem-comum, digamos?

Aristóteles dizia que fazia arquitetura para servir. E eu acho que fazer Ciência é servir um bem comum. É responder a várias problemáticas, e questionarmo-nos. E, para mim, estas problemáticas vêm da sociedade. Fazer Ciência é dar resposta aos problemas da sociedade de hoje, que não são muito diferentes do que já foram.

São apenas mais complexos?

Estamos tão em cima deles que ainda não conseguimos ter o afastamento necessário. Mas havemos de responder.

Quando a Ciência Viva a homenageou como uma das cientistas portuguesas a seguir, disse que fazer Ciência “é acreditar num futuro melhor, construído através da partilha de conhecimento, capaz de gerar melhores Habitats Humanos e de defender um bem que é de todos, a Terra”. É um objetivo ambicioso...

Temos que ser ambiciosos. Caso contrário, deixamo-nos abater e não vamos em frente.

A cidade de hoje
parece ter-se
esquecido de que
também tem de
alimentar a sua
população.
A alimentação passou
a ser como ir ao
banco, é só levantar
na caixa, deixou de
haver contacto com a
água, a alimentação,
a matéria-prima

O HAT também tem uma ligação com empresas?

Este financiamento é muito específico, mas faremos um *workshop* com empresas. Numa fase mais adiantada, com o *know how* que sairá daqui, dos parceiros canadianos e dos parceiros suecos, temos empresas na Estónia interessadas em perceber como aplicar estes resultados em soluções de desenho urbano específicas. Temos financiamento para que essas infraestruturas sejam feitas como projeto-piloto.

Porque é que é preciso olhar para o “metabolismo” da cidade, como costuma dizer?

São os caminhos – os fluxos, os fluxos de água e os fluxos das pessoas – que fazem com que o metabolismo das cidades opere de determinada maneira. Se o metabolismo não está saudável, não funciona. A sustentabilidade é garantir que existe um encerramento dos ciclos materiais. Nunca fomos 100% sustentáveis, mas já fomos mais sustentáveis do que somos. Usávamos os alimentos, usávamos os recursos, fazíamos compostagens para que o ciclo da matéria-prima inorgânica pudesse ser fechado. Hoje, só consumimos, importamos, trazemos

os bens, mas esquecemos completamente do que sai daqui. A alimentação também pode ser uma forma de reduzir e de encerrar esse ciclo material. Para quê tanto lixo se podemos pensar como ter casas, bairros e núcleos diferentes?

Na questão do lixo, a resposta não tem que ser necessariamente as incineradoras?

Não existe uma só resposta para tudo. Temos que olhar para os bairros, até porque, por exemplo, na região de Lisboa, temos culturas muito diferentes. Podemos ter soluções distintas. O que estamos, neste momento, a fazer é procurar uma panóplia de exemplos e, depois, conforme a especificidade de cada bairro, cada núcleo, cada subúrbio, encontrar soluções para cada caso. Não é só um problema português, mas o que hoje está a acontecer com o planeamento é que se pensa sempre numa solução universal. Corresponde a uma herança da industrialização, é mais barato, temos que ir além desta herança. Não pode ser.

É mais barata e mais fácil.

É mais fácil para alguns, mas o bem comum é danificado. Daí este grito pela democracia. A democracia tem que se fazer com diferentes arquitetos e com diferentes soluções, não precisamos de ter todos a mesma linha de pensamento. O projeto é um passo modesto, mas é o que procura fazer.

É utópico, como dizem os seus alunos?

A utopia não pode desaparecer. Precisamos de gente criativa. E se não é na universidade que a criatividade se coloca, onde é que ela se vai colocar?

E é preciso que os poderes públicos promovam determinadas iniciativas e comportamentos?

Só poderemos ter uma cidade mais sustentável quando a maior parte das pessoas atuar nesse sentido. E se a cidade não promove que todos o façam... O carro elétrico é um bom exemplo, porque é apenas um número reduzido de pessoas. Vivo num bairro de Oeiras dos anos 2000 que tem imensos espaços verdes, mas onde não existe uma horta, uma venda ambulante, um lugar para ir comprar pão. Bati-me por isso, fui à autarquia, mas a câmara diz que não é um assunto deles. Fiquei zangada: licenciar determinado bairro não é só promover o gás, a água e a eletricidade. ■



Rui Neto Marinheiro

“Quando damos informação, as pessoas sentem-se mais confiantes, mais seguras”

Quantos estiveram numa determinada manifestação? Quantos assistiram a um determinado concerto? Como controlar a afluência de turistas num determinado monumento? O MoniCrowd dá resposta a estas perguntas e, sobretudo, permite gerir os grandes fluxos de gente nas nossas cidades

Rui Neto Marinheiro

IT – Instituto
de Telecomunicações

MoniCrowd

Cria um sistema para monitorizar espaços públicos para os quais estejam previstos grandes eventos que atraiam multidões. Poderá vir a ser implementado por autarquias de forma independente

É um estereótipo, mas neste caso funciona bem: Rui Neto Marinho é engenheiro e, por isso, como diz, gosta de ver as coisas a mexer. Entusiasma-se com a aplicação prática da Ciência que produz, como acontece no MoniCrowd, o projeto que desenvolve em parceria com Fernando Brito e Abreu, do ISTAR-Iscte – Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura e que permite uma coisa aparentemente muito simples: contar quantas pessoas estão presentes em determinados locais cheios de gente. Para já, o sistema está a ser testado em Lisboa e em Sintra, onde a questão dos fluxos turísticos se coloca de forma muito particular. No futuro, acredita, será possível aos municípios (nacionais e não só) vir a integrar o MoniCrowd nos seus sistemas de gestão de maneira muito útil.

Como surgiu a ideia do MoniCrowd?

Há já algum tempo que queríamos fazer a monitorização de lugares que são afetados pelo apinhamento (a palavra é um bocado feia, mas não há outra...), foi até antes da Covid-19. O objetivo era simples: ter informação. O primeiro passo é sempre perceber quantas pessoas estão em determinados locais para depois podermos tomar decisões como, por exemplo, movimentar as multidões para áreas menos afetadas. O projeto poderá depois ser integrado nos sistemas de gestão dos municípios e tanto se aplica a uma manifestação, um concerto ou um jogo de futebol.

Estão a trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa?

Sim, neste momento estamos a fazer um teste-piloto na Biblioteca das Galveias, no Campo Pequeno. Vamos construir cerca de 20 sensores para, depois, no final do ano, provavelmente, na passagem de ano, fazer um teste final. Isto ainda não está completamente fechado com a câmara.

Tem encontrado interesse neste tipo de ferramentas do lado dos poderes políticos, municípios e demais autoridades?

Bastante interesse. No caso da Câmara Municipal de Lisboa, até agora, tem sido usada informação dos próprios operadores de telecomunicações. O problema é que essa

informação não só não tem granularidade suficiente, é pouco precisa, como também não é possível obtê-la em tempo real. Por exemplo, quando o Papa Francisco esteve em Lisboa, aquando da Jornada Mundial da Juventude, foi possível obter alguns dados através da Vodafone. Só que estavam muito subestimados, eram para aí três vezes menos do que foi possível observar.

Julgo que uma das mais-valias do MoniCrowd é também a qualidade do próprio sensor, certo?

Sim, a primeira versão do nosso sensor até venceu um prémio internacional. Era uma competição com várias universidades e empresas, da Alemanha, Espanha, França, Itália... Havia bastante concorrência, mas de facto o nosso algoritmo de deteção obteve o melhor resultado. Claro que, como nunca estamos contentes, temos que manter o algoritmo atualizado. Nesta nova iteração, tencionamos explorar mecanismos de inteligência artificial que permitam ao algoritmo adaptar-se à evolução tecnológica dos telemóveis.

É sempre uma espécie de jogo do gato e do rato?

Completamente. Há sempre evolução tecnológica e, de certa maneira, os fabricantes vão arranando – e bem – medidas que permitem criar anonimização dos dados. Por outro lado, nós próprios não queremos quebrar a privacidade das pessoas, mas ao mesmo tempo também queremos saber quantos indivíduos estão em determinados locais.

Esse é sempre o mais desafio, isto é, se fosse na China, era tudo mais fácil?

Estive há pouco tempo na China a dar umas formações e também porque queremos desenvolver um intercâmbio de um programa doutoral na área das tecnologias. Por isso, pude observar que há problemas que lá se resolvem de uma forma que aqui nunca seria viável. Na Europa, precisamos de soluções tecnológicas que não quebrem a privacidade das pessoas. Mas em muitos países isto nem sequer é um problema, resolve-se tudo com câmaras. Na China, numa autoestrada, de 50 em 50 metros, há um pórtico com

Costumo brincar com os meus alunos e perguntar-lhes: qual é a rede mais segura que existe? É aquela que está desligada. A questão é que essa rede não faz nada de útil. Por isso, o compromisso entre liberdade e segurança é sempre difícil de gerir

um flash que nos tira as matrículas... E as pessoas já nem reparam. Como que – como é que eu hei de dizer? – normalizaram tudo isto.

Também é uma questão cultural.

A mim chocou-me um bocadinho. Reparei logo na viagem do aeroporto para o hotel e, quando tive a oportunidade de perguntar a um colega chinês, achei que ele já nem se questionava muito. Perguntei o que fazem com aquelas fotografias e ele explicou-me que faziam contagens, controlavam o trânsito e que lá era tudo muito natural.

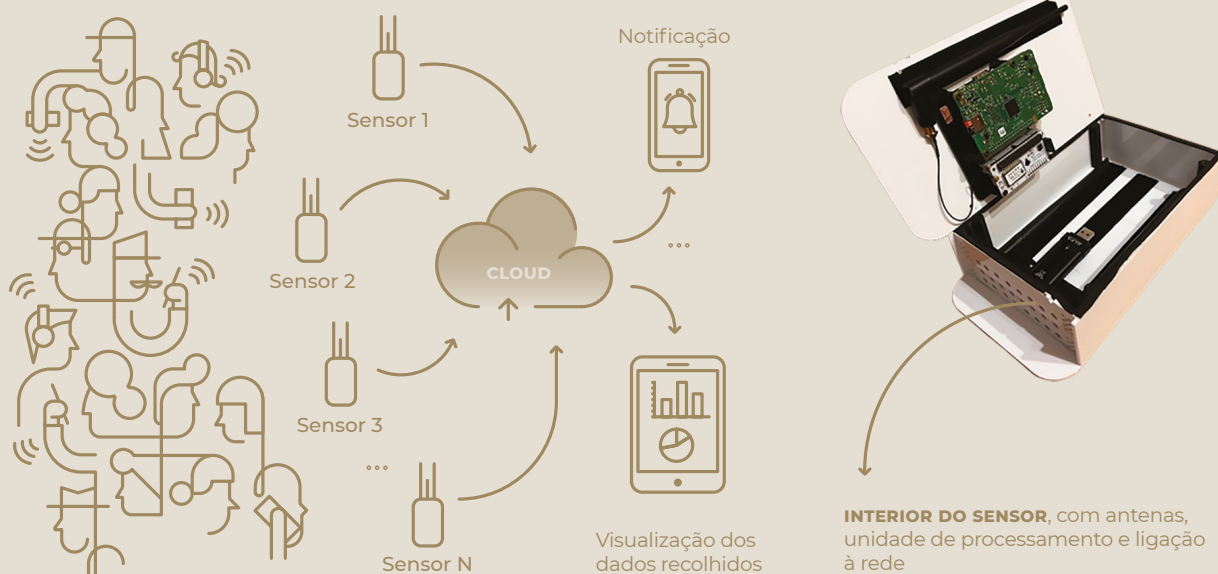
Essa tensão entre segurança e liberdade é inevitável?

É muito difícil porque normalmente a liberdade e a segurança estão sempre em pratos opostos, não é? Sou professor na área das redes, redes de computador, internet e outras. Costumo brincar com os meus alunos e perguntar-lhes: qual é a rede mais segura que existe? É precisamente a rede que está desligada [risos]. A questão é que essa rede não faz nada de útil. Por isso, é sempre um compromisso difícil de gerir.



Como funciona o sistema do Monicrowd

Instalando os sensores num local previamente selecionado, é possível estimar de forma rigorosa o número de pessoas que lá se encontram em determinado momento



Apesar de se tratar de um projeto da área das tecnologias, também se colocam questões que estão mais relacionadas com a psicologia?

Sim, e temos aliás uma parceria com a cidade de Bamberg, no estado da Baviera, na Alemanha, onde essa questão se coloca de maneira bastante interessante. Têm estado a trabalhar com o sensor deles, mas nós também vamos testar lá o nosso – que, na opinião deles, é melhor do que o deles, nós também achamos [risos]. A cidade tem características semelhantes a Sintra, tem um centro histórico que é bastante sobrecarregado com turistas. Temos valências tecnológicas que vai ser interessante estudar de parte a parte, mas também temos as questões da área da psicologia, da perceção. Em Bamberg, fizeram uns mapas que mostravam os sítios com muito turistas e com poucos turistas. Apresentaram-nos ao público, mas tiveram queixas dos comerciantes.

Porquê?

Para os residentes, a presença dos turistas pode ser negativa, porque há muita gente nas ruas e isso atrapalha o dia a dia. Mas os comerciantes preferem que não se passe uma imagem negativa de um centro histórico porque, claro, eles querem lá os turistas para lhes comprarem os produtos. Ou seja, quando passamos a informação, temos que ser neutros, não podemos contribuir para que se passe uma perceção negativa que, eventualmente, possa estar a criar um efeito de rejeição.

Como é que isso se resolve, tendo em conta que a Ciência se baseia na verdade dos factos?

Em Bamberg, começaram por usar um código de cores: punham vermelho quando havia muito turismo, verde quando havia pouco. Geralmente, em vez de um código de cores, o que se faz é usar um gradiente, de um azul que é mais azul para um azul que é menos azul... Existem outro tipo de estratégias na parte da psicologia que também pode ser

Talvez seja a minha
perspetiva
de engenheiro...
Gosto de
implementar,
de agarrar na
ciência básica e,
depois, usá-la em
soluções que podem
ser-nos úteis
– quer no sentido
de nos tornar a vida
mais fácil, quer no
sentido de serem
mais baratas

interessante explorar. Até porque, às tantas, uma zona que tem menos gente também pode ser uma zona menos segura...

Ter informação é sempre ter poder.

Exato. Geralmente, as pessoas sentem-se inseguras quando não têm controlo da situação. Quando transmitimos informação, elas sentem-se mais confiantes, mais seguras. Temos medo do desconhecido, do escuro e, por isso, se dermos um bocadinho de luz, por assim dizer, isso vai fazer com que as pessoas se sintam mais seguras.

Como estão a decorrer os testes que estão a fazer em Sintra e em Mafra?

Sintra está a avançar, mas Mafra, entretanto, já soubemos que o projeto não vai avançar. No caso de Sintra, temos quatro ou cinco sensores no Palácio da Pena (houve um que se avariou, temos que o substituir). Também estamos a instalar mais uma antena para, depois, podermos espalhar mais sensores pelo

parque (e até sensores de outro tipo). O grande problema, em Sintra, é que 99% das pessoas só vai ao palácio e não ao parque, que também zonas muito interessantes como o picadeiro ou o chalet da Condessa d'Edla. E, quando não se planeia a visita antecipadamente, então, é preciso esperar quatro horas. As pessoas ficam ali concentradas na entrada do palácio, aborrecidas e a aborrecer os outros...

Ter informação mais concreta tem permitido, então, fazer outra gestão dos vários espaços?

Sim, Sintra tem desenvolvido um conjunto de iniciativas, que vão desde trilhos a espetáculos de arte equestre, para tentar atrair as pessoas para outras zonas que não apenas o Palácio da Pena. Nota-se que, em geral, as câmaras municipais precisam deste tipo de iniciativas. Financiar ações de ciência de dados e de inteligência artificial pode ser, de facto, uma oportunidade para a Administração Pública.

No caso de Mafra, que como explicou para já não vai avançar, que dimensões estavam em causa?

Em Mafra, não se trata apenas de uma questão de contabilização. Na minha opinião, o mais interessante no projeto era conseguirmos fazer uma sensorização da totalidade dos espaços. São 1300 e tal salas, é uma enormidade, muito difícil de gerir porque não existem recursos humanos disponíveis para tudo aquilo. Nem faz sentido, não faz sentido mandar uma pessoa ir bater todas as salas, verificar se está tudo fechado, se não há vidros partidos ou janelas mal calafetadas. Além do mais, é um trabalho aborrecido. É por isso que, cada vez mais, precisamos deste tipo de soluções.

A Ciência interessa-lhe sobretudo por ter esta aplicação prática?

É verdade, gosto muito de ver as coisas a mexer... Não estou a dizer que as ciências básicas não são importantes, nada disso, são fundamentais para compreendermos o que vamos usar em benefício da Humanidade, digamos. Mas talvez esta seja a minha perspetiva de engenheiro... Interessa-me saber como é que as coisas podem ser utilizadas. Gosto de implementar, de agarrar na ciência básica e, depois, usá-la em soluções que podem ser-nos úteis – quer no sentido de nos tornar a vida mais fácil, quer no sentido de serem mais baratas. ■

Gerusa Radicchi

“Ir à Antártida é quase como ir à Lua, é ir além”

Muitos dos mapas com que nos cruzamos não incluem o continente antártico. Dois séculos depois dos primeiros caçadores, o desconhecimento sobre aquela zona do globo ainda é grande. E há muito património por identificar

por Sara Belo Luís

Gerusa Radicchi

CRIA – Centro em Rede
de Investigação em Antropologia

ALIGHT – Antartic Living Heritage

Tem como objetivo a construção de ferramentas que permitam entender a diversidade cultural do continente antártico. E responder à pergunta: que tipo de património imaterial existe na Antártida?



Chegou ao tema da Antártida pela via da conservação em arqueologia, quando ainda estava no Brasil, onde nasceu (em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais).

Gerusa Radicchi está no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa desde julho de 2024, para desenvolver uma abordagem antropológica, que para si é relativamente nova. As expedições que tem realizado no projeto ALIGHT, que pretende “lançar luz” sobre o património vivo da Antártida, continuam a ser feitas no âmbito do Projeto Antártico Brasileiro. No ALIGHT, conta com a supervisão da investigadora Vera Lazzaretti.

Qual a memória mais antiga que tem da Antártida?

A da minha primeira ida, em 2014, a viagem que mais me marcou. Foi nessa altura que começou a minha ligação com o Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH), da Universidade Federal de Minas Gerais. Na verdade, quando o professor argentino Andres Zarankin me convidou, hesitei bastante. Pensei que era perigoso, que era difícil e, naquele caso, ainda tínhamos uma agravante: como precisávamos de fazer escavações numa zona protegida, onde não pode haver estações, precisávamos de criar um ponto de acampamento.

Que idade tinha?

Tinha 33, 34 anos. Essa primeira viagem foi, de facto, muito marcante porque as condições eram difíceis. Caminhávamos contra o vento durante muito tempo, sem conforto, sem banho nem grande coisa para comer, apesar dos esforços da marinha brasileira, que foi quem nos levou. Na altura, nem nas estações havia internet e, por isso, posso dizer que foi uma espécie de experiência “amor-aventura”.

Além disso, permitiu-me uma grande conexão com a natureza, com aquele lugar sem pessoas.

Dessa vez, viu pinguins?

Sim, ficámos muitos próximos das pinguineiras, os locais onde os pinguins costumam estar nesse período de verão. Também vi logo elefantes marinhos e uma baleia morta, encalhada. Não me lembro qual era a espécie, mas fiquei muito impressionada, foi a primeira vez que vi um animal daquele tamanho. Para mim, ficou logo muito claro

O ambiente colaborativo da Antártida é muito rico para mim, que trabalho com a cultura, com a presença humana e com o património imaterial. Estão a surgir novas práticas e eu tenho de entender como é que elas se relacionam



© Gerusa Radicchi

que, perante todas as aquelas circunstâncias, é fundamental que o grupo de pesquisa com que viajamos esteja fortalecido. Há alturas em que pensamos: o que é que eu estou a fazer aqui? [risos]

É nessas escavações que encontra os sapatos dos caçadores do princípio do século XIX, que estudou no âmbito do seu mestrado?

Na década de 90 do século passado, foram encontrados alguns vestígios desses caçadores do século XIX, pedaços de couro, sapatos, coisas

assim... Não se tinha uma ideia clara da proveniência desses materiais, mas, a partir dessa altura, entre chilenos e argentinos, começou-se a pensar numa linha de investigação à volta dos vestígios dos foqueiros.

Ao todo, quantas vezes é que já esteve na Antártida?

Cinco vezes; em fevereiro de 2026, será a sexta vez que lá vou, agora já no âmbito do projeto ALIGHT.

E ainda se surpreende?

A experiência de estar acampado é que é o limite. Só este ano é que fiquei na Base Professor Julio Escudero, uma estação chilena. Dantes não havia internet e, agora, já existe. Posso parecer um pouco retrógrada, mas a verdade é que ficou mais chato. É a globalização, claro, está a acontecer

existem nativos, onde o governo é feito por vários países e, simultaneamente, não pertence a nenhum país. As tendências políticas estão pulsantes, existem interesses económicos, existe um crescimento vertiginoso do turismo, mas tenta-se manter um certo equilíbrio.

Há um ambiente colaborativo?

Sim, e isso é muito rico para mim, que trabalho com a cultura, com a presença humana e com o património imaterial. Estão a surgir novas práticas e eu tenho que entender como é que elas se relacionam. Estão lá os cientistas e os investigadores, mas não só, também estão os aventureiros, os militares e o pessoal de apoio, médicos e dentistas, por exemplo. Quando fiquei na estação chilena, também pude visitar a estação russa, que inclui uma igreja ortodoxa. Como coincidiu com o aniversário da estação,



MEMÓRIAS É preciso, defende a investigadora Gerusa Radicchi, que já realizou cinco expedições, diversificar o imaginário coletivo da Antártida

em todo o mundo, mas parece que já não saímos da urbanidade. Sempre procurei conversar com as pessoas mais velhas, as mais experientes, cheguei a conhecer um senhor que já tinha ido à Antártida 30 vezes – foi através dele que fiquei a saber pormenores acerca das dificuldades de comunicação do antigamente.

Portanto, a surpresa tem sido cada vez menor?

Sim, mas ainda é fantástico. Veja: desconheço outro lugar no mundo *terra nullius*, onde não

havia uma celebração e pudemos assistir aos rituais. Eu estava com um investigador da Colômbia e com outra investigadora britânica, é este o ambiente da Antártida.

A questão da pressão turística, que já se sente nestes lugares, também é relevante para o projeto ALIGHT?

A Antártida é um lugar pouco afetado pela presença humana. No entanto, além da questão do aquecimento global, o turismo acaba sempre por afetar o trabalho dos

Há quem vá à procura da aventura, há quem queira ver os animais, há quem vá à procura de uma espécie de busca espiritual. A questão não é tanto a quantidade de pessoas que hoje vão à Antártida, mas a questão: onde vamos chegar?

cientistas, que estão ali a estudar alguns musgos ou as poucas briófitas que existem, por exemplo. Os turistas podem, inclusive, trazer espécies novas, que não são endêmicas. Há quem vá à procura da aventura, há quem queira ver os animais, há quem vá à procura de uma espécie de busca espiritual. A questão não é tanto a quantidade de pessoas que hoje vão à Antártida, mas mais a questão: onde vamos chegar? Como é que os comités vão regular isso tudo?

Parte do pressuposto que é preciso chamar a atenção para a importância de estudar a Antártida para lá, digamos, daquele ecossistema natural. Porquê?

Se olharmos para o exemplo do Polo Norte, já existe essa tradição de estudo em Ciências Sociais porque existem nativos do Polo Norte. Na Antártida, porém, não existem tanto. Os estudos nas áreas da História, da Arqueologia, da Antropologia têm, no entanto, vindo a aumentar. A Antártida tem uma história, uma população, uma comunidade. Vivenciamos a sua cultura e as suas práticas. E tudo isto é importante, inclusive para fortalecer as relações diplomáticas, o respeito pela natureza, pelo Tratado da Antártida, pelas diversas áreas científicas.

Outro dos aspetos do ALIGHT é a questão do imaginário sobre a Antártida e do modo como ele foi sendo construído, do cinema à literatura. Porque é que, enquanto investigadora, é importante ir à procura dessas referências?

Uma parte desse imaginário foi propagado por pessoas que nunca foram à Antártida.

Como se propagou essa memória? Muito do que existe foi divulgado na era heroica da exploração da Antártida, entre o final do século XIX e o princípio do século XX. Países como o Reino Unido, a Noruega e os Estados Unidos da América desenvolveram expedições e, com essa energia imperialista, tentaram conquistar todos os rincões do mundo. A nossa ideia é também diversificar esse imaginário, mostrar que existem outras coisas para as pessoas se apropriarem da Antártida de uma maneira mais diversa, mais consciente e até mais divertida.

O que pensa dessa historiografia mais tradicional?

É bastante cruel, destacaram uma série de pessoas como heróis e esqueceram todas as outras. Esqueceram, por exemplo, todos os que trabalharam para erguer as estações para onde, hoje, vamos trabalhar. Por isso, é preciso, vamos dizer assim, democratizar um pouco a história da Antártida, desenvolver uma abordagem mais contemporânea da historiografia, em conexão com a antropologia, com a história oral, com a diversidade de vozes. Não deixar vozes esquecidas.

Em que fase do projeto estão?

Já fiz a primeira fase do trabalho de campo e, como expliquei, regressarei em fevereiro do próximo ano. Fizemos observação participativa, entrevistas, conseguimos chegar a mais de 300 investigadores que trabalham com o tema da Antártida. Com a ajuda do ISTAR-Iscte, o Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura, também estamos a construir um protótipo



de mapeamento do património. Com este tempo de projeto, não vai ser possível cobrir todas as manifestações culturais, mas vamos pelo menos colocar todas aquelas que encontrámos num mapa cultural. E isso já responderá a muitas perguntas: o que é a Antártida? O que pode vir a ser? Qual é a sua cultura? Que pessoas lá vão? Que património imaterial lá existe?

Nas entrevistas, de um modo geral, as pessoas gostam de falar? Sempre houve um certo secretismo em torno da Antártida...

Bem, preocupo-me sempre em deixar claro que respeito todos os protocolos relacionados com as entrevistas no âmbito da investigação científica. Algumas pessoas não gostam de falar porque estão a trabalhar e ser entrevistado significa perder tempo. Mas tenho sempre cuidado, vejo os que estão mais disponíveis, mais abertos.

E essa ideia de secretismo permanece no subconsciente?

Sim, no subconsciente permanece. E também são visíveis algumas tensões, não territoriais, mas por exemplo os militares acabam sempre por falar em experiências mais negativas, digamos. O que mais observo é, no entanto,

um ambiente simpático de cooperação. Lembro-me por exemplo de ver, na estação chilena, um desenho sobre a história de um bote que salvou um conjunto de militares brasileiros à deriva. E isto é fantástico.

No site do ALIGHT, tem um pequeno teste onde nos é perguntado o que levaríamos se fôssemos para a Antártida. O que responderia?

Ah, a minha resposta é aborrecida, nada emocional. Nunca levei nada de muito pessoal, há muita gente que leva fotografias da família e coisas assim. Não tenho esse perfil. Sempre me preocupei em levar coisas práticas, sempre contei as meias, a roupa interior, todos esses detalhes. A questão da comida também é importante: a alimentação que lá se faz é muito pobre em fibras, então, preocupo-me sempre em levar muitos frutos secos [risos].

Está sempre presente a ideia da Antártida como lugar de recolhimento.

Sim, e de lugar-limite. Costumo até pensar que muitos dos idosos que estão a ir à Antártida fazem-no à procura desse limite. Hoje, tudo está a mudar, há muita informação na internet, mas ir à Antártida é quase como ir à Lua. É como ir a outro planeta, é ir além. ■

Elzbieta Bobrowicz-Campos

“É um mito pensar-se que as pessoas, a partir de uma certa idade, não querem aprender”

O Time-to-Engage está a fazer o levantamento de “intenções e comportamentos de utilização de tecnologias digitais de saúde por adultos mais velhos”.

O objetivo é traçar perfis desses utilizadores e propor soluções

por Luísa Rego

Elzbieta Bobrowicz-Campos
CIS-Iscte – Centro de Investigação
e Intervenção Social

Time-to-Engage

Quer estudar os fatores individuais e contextuais que interferem na utilização que é feita das tecnologias digitais na saúde pelos mais velhos. Pretende ainda contribuir para soluções de uma maior inclusão digital destas populações



Este projeto pretende fazer o levantamento de que tipo de situações?

A ambição deste projeto é focarmo-nos na pessoa idosa e no seu contexto, para perceber quais os facilitadores e quais as barreiras de adoção das tecnologias digitais com foco na saúde. As tecnologias digitais estão a mudar radicalmente as nossas vidas e isso acontece, de forma muito promissora, no campo da saúde. Temos, cada vez mais, tecnologias que nos ajudam a aceder aos serviços de saúde, através das quais podemos encontrar informação ou conhecer alguns produtos. Como a digitalização dos produtos de saúde é crescente, a preocupação a nível internacional é que todas as pessoas tenham acesso equitativo a esses produtos, serviços e informação.

Na realidade portuguesa o que há, nesse aspeto, a desocultar?

Em Portugal ainda temos populações cujo acesso a tecnologias digitais, em geral, é bastante precário e, por isso, as pessoas não conseguem usufruir dos potenciais benefícios. No momento em que estamos empenhados em mudar tudo para o espaço digital, pode acontecer que essas populações fiquem excluídas. Coloca-se a questão do exercício dos direitos e das obrigações que, no caso dessas populações, fica comprometido. O acesso e uso de tecnologias digitais é mais difícil para certos grupos – é o caso das pessoas mais idosas. Falamos do acesso aos equipamentos e internet, e as limitações no uso podem estar relacionadas com falta de competências de literacia digital – há lacunas que é preciso colmatar –, mas também pode haver falta de intenção ou de motivação da própria pessoa.

Os aspetos tecnológicos e orgânicos da própria tecnologia também podem ser ou não facilitadores?

Muitas das plataformas criadas não são amigáveis para as pessoas com algumas alterações ao nível sensorial, cognitivo ou motor. Se uma pessoa tem 20 segundos para introduzir uma *password* e tem alguma dificuldade motora não vai conseguir fazê-lo. O projeto Time-to-Engage não se foca nesta temática. Porém, na Noite dos Investigadores, trouxemos esse tema da adaptabilidade das próprias tecnologias para que possam

Como a digitalização dos produtos de saúde é crescente, a preocupação é que todas as pessoas tenham acesso equitativo a esses produtos, serviços e informação

ser utilizadas por todas as pessoas. Dou um exemplo: às vezes, os conteúdos colocados nas plataformas são feitos com letra pequena, com contraste baixo, mudam rapidamente as páginas e quem precisa de um pouco mais tempo, para se apropriar do conteúdo, não consegue fazê-lo. Há plataformas que supostamente eram para ajudar na explicação do funcionamento, mas quem tem pouca literacia digital não consegue utilizá-las.

O que é possível fazer?

Creio que será necessário perceber nesta população de pessoas idosas o que é possível melhorar para terem maior disponibilidade para utilizar essas tecnologias. Por outro lado, há a necessidade de que a tecnologia seja amigável para a pessoa idosa.

Que metodologias aplicam nesta investigação?

Temos um estudo a ser desenvolvido em duas fases. A primeira fase, mais qualitativa, através de entrevistas e *workshops* com pessoas idosas, em diferentes cidades e aldeias de Portugal (nos quais utilizamos atividades do *design thinking*), realizados pelos investigadores Cristofthe Fernandes e Ana Rita Medeiros. Tentamos perceber que barreiras se identificam na própria pessoa, mas também no seu contexto. Mesmo na perspetiva da Organização Mundial da Saúde, a limitação no manusear de tecnologias digitais pode estar relacionada com a própria

pessoa, como pode estar relacionada com os recursos do próprio contexto. Assim, fizemos um levantamento a nível individual e do contexto. A nossa ideia era ir para várias regiões, para centros urbanos e rurais, para obter várias vozes. Imaginámos que uma pessoa que vive em Lisboa e outra que vive numa aldeia de xisto do interior tenham diferentes perceção do problema. Se perguntarmos a alguém, de forma direta, quais são as suas dificuldades, ela não vai responder pois, em grupo, é difícil uma pessoa falar das fragilidades. Então, formulámos exercícios de *design thinking* e pedimos para criarem uma personagem e nos contarem um bocadinho sobre facilidades e dificuldades que essa personagem tem na utilização das tecnologias digitais da saúde – e como o contexto apoia ou, pelo contrário, cria obstáculos na utilização dessas tecnologias.

Haverá, numa fase posterior, um segundo inquérito?

Teremos ainda um outro inquérito que vai ser criado com base no levantamento das necessidades (a partir da análise dos dados qualitativos dos *workshops*: facilitadores, barreiras, ao nível individual

e ao nível contextual). Vamos integrar algumas componentes do European Social Survey porque uma equipa do Iscte, em que está Cristina Camilo, a investigadora co-responsável pelo projeto Time-to-Engage, fez um levantamento prévio em Portugal sobre a aceitação das tecnologias digitais na saúde. Sabemos que possíveis mediadores podem ser importantes para se perceber este fenómeno. O estudo que mencionei foi feito por pessoas que são utilizadores regulares da internet, de todas as idades, e não chegou a estas pessoas que não usam a internet. Dá-nos alguma ideia sobre mediadores e variáveis que devemos considerar, mas imaginamos que haja mais, além disto. O segundo inquérito será aplicado a nível nacional, calculamos que terá uma amostra de cerca de 700 pessoas, porque queremos fazer estratificação por género, região e idade (com menores e maiores de 75 anos).

Há números sobre as iniciativas concretas desenvolvidas na investigação?

Fizemos 14 *workshops*, no total entrevistamos 106 pessoas. Nesse aspeto, os dois investigadores doutorandos fizeram um trabalho extraordinário! Agora estamos

Novos dados

O Time-to-Engage tem também como objetivo traçar diferentes perfis de idosos na sua relação com as tecnologias digitais de saúde. Os resultados vão ser, depois, articulados com os do European Social Survey

- › Amostra de 600 participantes de várias regiões: Alentejo, Algarve, Centro Interior, Lisboa e Vale do Tejo e Centro Litoral
- › O instrumento de recolha de dados foi construído com base nos resultados do estudo qualitativo (*workshops*)
- › Foram também tidos em conta os resultados de dois grupos focais (idosos

a quem foi mostrada a matriz resultante dos *workshops*)

- › Depois de construído, o instrumento foi sujeito a um processo de validação de conteúdo junto de pessoas mais velhas e especialistas das áreas da Psicologia, Sociologia, Ciências da Educação, Saúde e Tecnologias. O *feedback* apontou para variáveis adicionais que serão inseridas na matriz

Será necessário perceber nesta população de pessoas idosas o que é possível melhorar de forma a terem maior disponibilidade para as tecnologias. Por outro lado, há também a necessidade de que a tecnologia seja amigável

a analisar essas entrevistas e a utilizar como *framework* o modelo de comportamento planeado e, no fundo, estamos a decifrar essas entrevistas para perceber o que aconteceu a nível das crenças, das atitudes e ao nível do próprio comportamento. Tentamos encontrar nessas personagens criadas, facilitadores e barreiras, ao nível da intenção-crença-comportamento, no plano individual, e depois vamos cruzar esta informação com facilitadores e barreiras do contexto. Iremos ainda buscar tudo o que as pessoas idosas falaram do *digital divide* – exclusão digital – para perceber se existe problema com falta de acesso a equipamento e/ou conectividade, falta de competências digitais ou então falta de motivação para fazer. Esta é a primeira fase. A partir de uma matriz, vamos faremos um instrumento de recolha de dados quantitativos e vamos falar com todas as pessoas idosas que queiram trabalhar connosco, para perceber que tipo de perfis de intenção existem em Portugal. Identificando-os podemos criar recomendações orientadas para os diferentes perfis. Depois, podemos distribuir essas orientações por parceiros, como câmaras municipais, juntas de freguesia, bibliotecas, universidades seniores, centros de convívio – ou seja, todas as entidades que têm como missão trabalhar com pessoas idosas na adoção das tecnologias digitais.

Na volta que o projeto dá pelo país, que localidades e quais as entidades que são parceiras?

Fizemos um levantamento através das instituições: centros de convívio, centros de combatentes, universidades seniores,

as associações que fazem estimulação cognitiva, etc. Estivemos em muitos distritos. No Norte, Porto (incluindo Amarante, Póvoa de Varzim) e Vila Real. No Alentejo, em Beja e Évora. Em Lisboa e Vale de Tejo, em Lisboa e em Setúbal (incluindo Grândola). No Algarve, em Loulé (Querença) e Faro (Alvor). Na região Centro, em Castelo Branco (Fundão) e Viseu (Castro Daire).

Enviámos imensos pedidos de colaboração. Houve inclusive uma situação muito interessante, em que uma instituição nos respondeu: “Os nossos idosos não usam tecnologias digitais, pelo que não há interesse em participar”. Ora, é isso mesmo que nós queremos perceber. Mas, dessa forma, foi-lhes retirada a voz, não consultaram as pessoas idosas e não tivemos oportunidade de as ouvir.

O projeto revela também que nem sempre se pensa nos utilizadores finais das tecnologias?

Quando se pensa em tecnologias digitais, pensa-se no público que está à-vontade a usá-las. Nem sempre se preparam as plataformas pensando no utilizador final. Muitas vezes os tutoriais que poderiam ajudar têm oito ou dez anos, estão muito desatualizados. Bastava que houvesse o cuidado de alguém colocar a informação mais atual que, enquanto utilizadores, respondíamos de forma mais autónoma. Deveria haver um momento em que cada plataforma de tecnologia fosse testada no utilizador final, para ele dizer “isto não vai funcionar” ou “não estou a perceber o que devo fazer”. Se fosse feito esse levantamento, todo o processo seria mais *userfriendly*. É um mito pensar-se que as pessoas, a partir de uma certa idade, não querem aprender:



se tiverem uma necessidade, vão querer aprender. Quando faz sentido, aprende-se. Admito, porém, que o pedido de uma pessoa com pouca escolaridade ou que esteja inativa seja diferente de uma outra que frequenta, por exemplo, a universidade sénior.

Relativamente à equipa, o projeto está assente numa parceria do CIS-Iscte com o CIES-Iscte?

Sim. Do CIES-Iscte tenho a colaboração da investigadora Elsa Pegado, que nos ajuda a olhar para as questões sociológicas importantes. Quando pensamos nas desigualdades ao nível do digital elas estão muito relacionadas com o contexto: temos uma situação muito diferente no Norte, no interior e no Sul do país. Por isso a Elsa Pegado ajuda-nos a olhar para as questões que envolvem a sociedade ou o contexto, de uma perspetiva mais macro.

Como resultado final haverá um livro de recomendações?

Queremos fazer um *e-book* sobre o projeto, não utilizando linguagem científica, mas linguagem para uma audiência larga, falando do que fizemos, quais os resultados, mas obviamente também com recomendações. Este será o documento para divulgar entre pessoas que têm alguma influência política. Publicamos também artigos científicos. Estes vão ser os dois produtos, dirigidos a audiências completamente diferentes. No fim, pretendemos também fazer um evento presencial com *stakeholders*. Espero também que, quando este projeto terminar, possa ter continuidade, através de outras fontes de financiamento, para verificarmos depois se as recomendações que produzimos foram eficazes ou não, se trazem mais-valia, se são aceitáveis. ■

Ana Espírito-Santo

“Perceber como as mulheres estão representadas é necessário para sustentar a vontade política de combater ideias antidemocráticas”

Um projeto de investigação europeu – em que o Iscte lidera um dos estudos de caso – dá atenção especial a mulheres marginalizadas e de minorias, procurando aferir a sua representatividade política

por Luísa Rego

Ana Espírito-Santo

CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

QUALREP

– A Qualidade da Representação Política das Mulheres

Analisa teoricamente a qualidade da representação das mulheres, pensando em particular nas mais marginalizadas e minoritárias. Pretende também produzir recomendações com impacto político e trabalhar com as partes interessadas na construção de uma democracia representativa mais saudável



O QUALREP (Quality of Diverse Women's Political Representation) é um projeto para cinco anos em cinco países – Portugal, Bélgica, Polónia e Suécia e Reino Unido. Que novo desafio contém?

Houve avanços muito significativos em termos de representação política das mulheres, embora elas continuem a estar representadas de forma mais “pobre”, tanto em democracias jovens como em democracias consolidadas. Para além disso, está na altura de olharmos para a qualidade da representação de todas as mulheres. Verifica-se, por exemplo, que a representação das mulheres marginalizadas é feita de forma muito deficitária, quer enquanto atores políticos, quer no que respeita à inclusão dos seus interesses e necessidades nas agendas políticas.

E qual é a ideia do projeto?

A ideia é analisar as mulheres na sua diversidade plena, seguindo uma abordagem interseccional, ou seja, tendo em conta várias das suas características que, quando combinadas, aumentam o grau de marginalização. Estamos a falar de etnia, religião, pobreza, origem geográfica (ser ou não imigrante) e questões relacionadas com identidade sexual ou com orientação sexual. O desafio é responder à sua grande questão: “em que condições as mulheres estão bem representadas na e através da democracia representativa?”.

O QUALREP quer também operacionalizar conceitos de representação de género em novos moldes. Pode explicar melhor?

Sim, o projeto propõe uma nova operacionalização do conceito de representação, que agrega as suas várias dimensões. Muitas vezes, as pesquisas que analisam a representação política de género de forma conceptual, ou que utilizam metodologias qualitativas ou quantitativas, não dialogam umas com as outras, não interagem. Este projeto pretende reunir todas essas dimensões da representação, de modo a captar a qualidade da representação política das mulheres de forma abrangente. A liderança é das duas investigadoras principais, ambas no Reino Unido, a Rosie Campbell, do King's College

London, e a Sarah Childs, da Universidade de Edimburgo, altamente conceituadas nestas temáticas.

Como é que o Iscte entrou?

A Rosie Campbell, com quem já tinha trabalhado, convidou-me para liderar o caso português. Aceitei de imediato e colaborei na conceção do projeto. Conheci-a através da minha coorientadora de doutoramento, a Joni Lovenduski, que foi professora no King's College London (agora está reformada).

Em que fase se encontram?

Neste momento [outubro de 2025], estamos no *work package* 2, focado na compreensão das preferências e participação política das mulheres na sua diversidade. Estamos a olhar para sondagens e bases de dados que já existem e faremos uma análise sistemática de questões que dizem respeito à representação política das mulheres, e de que maneira elas se sentem representadas. O problema dessas sondagens ou inquéritos feitos à população – o European Social Survey ou outros – é que os grupos que nos interessam particularmente neste projeto não estão representados ou são uma percentagem residual. Numa fase posterior,

Houve avanços muito significativos em termos de representação política das mulheres, embora elas continuem a estar representadas de forma mais “pobre”, tanto em democracias jovens como em democracias consolidadas



iremos aplicar as nossas próprias sondagens, aumentando o tamanho da amostra de mulheres marginalizadas, com o objetivo de compreender como e quando essas mulheres se sentem representadas.

Do ponto de vista metodológico, qual a inovação na investigação?

A ideia é recorrer tanto a métodos qualitativos como quantitativos. Na colaboração que temos com organizações que reivindicam direitos e interesses de mulheres, vale a pena destacar que se vai trabalhar com diários digitais. Ou seja, pretende-se que haja uma ou duas pessoas que, numa organização, vão descrevendo o seu dia a dia com imagens, notas, pensamentos, e vão fazê-lo durante cerca de um mês. Esse registo será feito via um sistema análogo ao WhatsApp. Serão os tais diários digitais, com as narrativas

da ação de uma pessoa enquanto membro de determinada organização.

Que objetivos do projeto destaca?

A ideia é criar recomendações a partir do contexto em que as coisas estão a funcionar bem ou onde estão a funcionar mal. Uma das respostas que procuramos, por exemplo, é saber “de que forma as organizações fortalecem a boa representação das mulheres marginalizadas”, mas também saber “quais as práticas e mecanismos que maximizam a boa representação das mulheres na sua diversidade”.

O terceiro objetivo passa por identificar “que melhorias são necessárias para haver uma boa representação das mulheres na sua diversidade interseccional e ideológica”. No total há cinco questões que nos propomos trabalhar, mas estas três são as principais.



No fundo, perceber como e quando as mulheres estão bem representadas na sua diversidade plena é necessário para ajudar a sustentar a vontade política de combater ideias e práticas antidemocráticas e contrárias à igualdade de género.

Que pistas conseguiram já retirar da investigação?

Neste último ano, desenvolvemos um mapeamento das organizações que reivindicam direitos e interesses de mulheres em cada um dos países. Definimos cinco temas-chave que consideramos relevantes para analisar a representação das mulheres de forma interseccional nos cinco países: femicídio, saúde materna e violência obstétrica, direitos políticos e legais de mulheres marginalizadas, prostituição/trabalho sexual e pobreza

A ideia é recorrer tanto a métodos qualitativos como quantitativos. Na colaboração com organizações que reivindicam direitos e interesses de mulheres, vamos trabalhar com diários digitais

As fases do projeto

Quatro *work packages*, a concretizar até 2028

1. Identificar as reivindicações de direitos das mulheres, bem como os grupos e organizações que lutam pelas mesmas. Vai ser realizado um mapeamento das organizações de cada país, utilizando análise de conteúdo de websites, documentos oficiais, redes sociais, e entrevistas com organizações e ativistas.
2. Identificar como as mulheres, e particularmente mulheres marginalizadas, percebem o seu interesse, participação e representação política, e o papel das organizações em melhorar a qualidade dos mesmos. Serão realizados inquéritos e análises secundárias de bases de dados e identificadas organizações parceiras.
3. Análise das respostas aos debates de representação política feminina, investigando a maneira como os atores políticos reconhecem representar as mulheres (particularmente mulheres marginalizadas) e os seus assuntos. Serão realizadas análises quantitativas e qualitativas de documentos, discursos e redes sociais de atores políticos, e inquéritos que explorem as situações nas quais as mulheres se sentem bem representadas.
4. Estabelecer a criação de uma agenda para investigação futura e fomento de melhores práticas democráticas. Serão testados novos inquéritos com um foco em políticas de inclusão de mulheres marginalizadas, e serão elaboradas recomendações para partidos políticos, legislaturas e representantes, de criação de práticas democráticas que incluam a representação de mulheres em todas as suas diversidades.

e, em fases posteriores, iremos trabalhar com organizações que atuam nestas áreas para percebermos de que forma é que as organizações de mulheres fortalecem a boa representação de mulheres marginalizadas.

E no contexto português?

No contexto português, já estudámos também os cinco temas do projeto e recolhemos informação sobre o ativismo desenvolvido nestas áreas. Identificámos várias organizações que praticam um ativismo interseccional e desenvolvem um trabalho fundamental, por exemplo, no combate ao racismo obstétrico, embora ainda pouco reconhecido pela sociedade em geral e com dificuldade em chegar ao debate público. Também pudemos investigar a história dos movimentos e organizações de mulheres e verificámos que, apesar de várias

conquistas importantes (quotas de género, despenalização do aborto, prevenção da violência doméstica e sexual, entre outros), o movimento de mulheres continua a ser frágil do ponto de vista financeiro e institucional. Esses constrangimentos ficaram evidentes no nosso mapeamento: identificámos 104 organizações em Portugal, a grande maioria sediada em Lisboa, o que revela uma forte centralização geográfica.

No final dos cinco anos do projeto, o que se espera que saia deste trabalho?

Sairão, certamente, muitas publicações académicas. Estamos todas muito empenhadas nisso. Haverá também a produção de recomendações que influenciem as políticas públicas e um trabalho realizado com *stakeholders*, para garantir que essas recomendações venham a ter impacto. ■

Ana Margarida Esteves

“As grandes transformações sociais resultam de um trabalho feito nas margens que, depois, entra no ‘mainstream’”

O conhecimento gerado pelas ecoaldeias pode servir para transformar instituições como as universidades e as empresas, criando sinergias, redes de entreajuda, sentido de comunidade

por Sara Belo Luís

Ana Margarida Esteves
CEI-Iscte – Centro de Estudos Internacionais

Ecoprise Designer
Introduz uma nova função profissional, chamada Ecoprise Designer, que terá como objetivo a promoção, dentro das empresas, da sustentabilidade, do desenvolvimento regenerativo local e da harmonização da vida humana com a natureza



STUDIES IN SOCIAL ENTREPRENEURSHIP & SOCIAL INNOVATION
EQUITY ECONOMY
SOCIAL, POWER AND POLICY

Ana Margarida Esteves serve-se da História para falar das sociedades atuais. Inspira-se no tempo que, há quatro anos, passou em Florença, em tudo o que viu e aprendeu com a experiência do Renascimento para dizer: “O que terminou com a Renascença italiana, com aqueles anos magníficos dos Médici, foi Girolamo Savonarola e o seu fundamentalismo religioso. Vamos limpar isto tudo! Soa familiar, não soa? [risos]”. Com o Ecoprise Designer, uma formação nascida da experiência do Ecovillage Design Education, quer demonstrar que é possível aproveitar a experiência das ecoaldeias, comunidades que partilham princípios e práticas de sustentabilidade, para chegar a outras pessoas e outras comunidades. Utópico? Ela responde.

Qual é o objetivo do Ecoprise Designer?

No fundo, o objetivo do Ecoprise Designer nada mais é do que adaptar uma formação que já existia anteriormente, o Ecovillage Design Education, para formar pessoas que queiram desenvolver projetos com o mesmo caráter, com a mesma abordagem sistémica e regenerativa, mas que vão para além do nicho das ecoaldeias.

De onde nasce essa necessidade?

Nos últimos anos, tem havido um grande debate dentro do movimento das ecoaldeias. O debate está relacionado não só com pesquisas académicas e com certas críticas, construtivas, feitas pelo jornalismo de investigação que se tem dedicado a esta área, mas também pela experiência do próprio movimento das ecoaldeias. Sem querer, as ecoaldeias tornaram-se um meio muito exclusivo. Quase como se fosse necessário ter uma posição privilegiada dentro do sistema para criar alternativas ao sistema que se critica...

Portanto, estava tudo a funcionar em círculo fechado.

Exato. Por isso, o objetivo de projetos como o Ecoprise é abrir esse círculo. Tornar o conhecimento, desenvolvido dentro do movimento das ecoaldeias nas últimas décadas, que é muito rico e que tem um grande potencial de mobilização e de transformação, acessível a muito mais pessoas.

Em que é que consiste e que importância tem, de facto, esse conhecimento acumulado?

Trata-se de uma abordagem com quatro vetores, económico, social, institucional e aquilo a que eles chamam de espiritual, mas que também pode ser chamado de cultural. É uma abordagem baseada nos princípios da permacultura, isto é, em princípios baseados na sinergia e não no extrativismo, acessíveis ao resto da população. No fundo, o Ecoprise Designer consiste em traduzir todo este palavreado, através de uma formação que chegue a outras experiências, outros modos de estar e outros ambientes. É importante mostrar que não é necessário uma pessoa ir para uma comunidade intencional ou para uma comunidade tradicional para desenvolver laboratórios ou outros futuros possíveis.

O que é que isso quer dizer?

Que tudo isso também pode acontecer na universidade, nos bairros, nas empresas – e aliás também tem como objetivo transformar a própria ideia de empresa. É preciso passar de uma visão completamente instrumental e extrativista para uma visão baseada na simbiose entre os vários elementos e na troca entre os vários *stakeholders*.

Isto é muito ambicioso ou é utópico?

Não é ambicioso nem utópico. Podemos dizer que tem em vista um *u-topos*, no sentido de algo que ainda não existe, mas que é algo que pode ser progressivamente realizável. Há uma autora que admiro muito, a Vanessa Machado de Oliveira, que é de origem brasileira mas que trabalha na Universidade da British Columbia, no Canadá. Ela escreveu um livro fabuloso chamado *Hospicing Modernity*, onde desenvolve a ideia de é necessário fazer um trabalho de compostagem dentro das instituições que herdámos do Iluminismo e da grande narrativa da modernidade, como o Estado e a sua burocracia, as universidades, as empresas tal como as conhecemos. É preciso transformá-los em algo diferente, em algo de novo.

Isso não é uma maratona?

Sim, claro que é uma maratona, mas é uma maratona que é possível realizar. É aliás assim que têm acontecido as grandes



Sem querer,
as ecoaldeias
tornaram-se
um meio muito
exclusivo. Quase
como se fosse
necessário ter uma
posição privilegiada
dentro do sistema
para criar alternativas
ao sistema que
se critica

transformações sociais, as mudanças de paradigma. Não se fazem de um dia para o outro, é um trabalho de formiguinha, feito nas margens que, depois, entra no *mainstream* e nas instituições que compõe o sistema. Penso na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, no papel do Renascimento, no papel dos díspares atores e nas alianças que se criam entre eles...

O livro de que fala chega aí?

Não, eu é que estou a pensar, enquanto converso consigo. Penso nos quatro meses que passei em Florença, em 2021 e em tudo o que aprendi por lá. Penso na Renascença e em como a Renascença nasceu muito antes, na Alta Idade Média. Penso também na Península Ibérica e no Emirato de Córdoba. Foi a presença árabe na Europa que manteve a herança helenística, o estudo de Aristóteles e de muitos outros autores que, de outro modo, teriam sido completamente apagados pelo dogma religioso dos reinos cristãos.



Foram os Médici que protegeram autores como Giordano Bruno, que depois foi traído e acabou na fogueira, ou Giovanni Pico della Mirandola e o seu tratado sobre a *Dignidade do Homem*. Também foram os Médici que promoveram a tradução de muitos autores que tinham sido completamente marginalizados durante a Idade Média. Por fim, penso ainda na Igreja Católica e no papel de certas ordens religiosas e de certos mosteiros que foram mantendo um certo conhecimento que até era visto como sendo um bocado subversivo pela Cúria, no Vaticano.

A transformação faz-se por dentro, porque o oposto é próprio dos regimes autoritários.

Exatamente, todas estas entidades, que aparentemente nada têm a ver entre si, aos poucos, foram corroendo o *statu quo* por dentro. O que terminou com a Renascença italiana, com aqueles anos magníficos dos Médici, foi Girolamo Savonarola e o seu fundamentalismo religioso: vamos limpar isto tudo! Soa familiar, não soa? *[risos]* O Ecoprise Designer é uma formação, um instrumento entre vários, mas quem promoveu o Global Ecovillage Network foi um senhor que trabalhava na Alta Finança,

nos EUA. Foi J. T. Joss Jackson, um canadiano que veio viver para a Europa, para a Dinamarca, depois de várias experiências transformadoras, de explorar certas tradições espirituais e de refletir profundamente sobre o sentido da vida. Joss Jackson, também com a influência da sua mulher, Hildur Jackson, uma grande líder feminista, resolveu pôr todo o dinheiro que tinha ganhado no desenvolvimento da rede global de ecoaldeias, através do Gaia Trust.

As mudanças no mundo do trabalho, produto de uma brutal aceleração tecnológica, obrigam-nos a esta abordagens transdisciplinares e até mais criativas?

Sim, mas isso não significa que o Ecoprise Designer e estas abordagens apoiem uma visão completamente neoliberal e individualista do mundo do trabalho e das empresas. Pelo contrário: o objetivo é redescobrir como criar redes de entreajuda, criar comunidade, sinergias entre os vários *stakeholders* de um projeto.

Não esquecendo o bem-comum?

Mais do que isso: mostrar até que a maximização do interesse individual é indissociável da maximização do interesse coletivo.

É importante mostrar que não é necessário uma pessoa ir para uma comunidade intencional ou para uma comunidade tradicional para desenvolver laboratórios ou outros futuros possíveis

Quer explicar melhor?

Se olharmos na perspectiva do longo prazo, algo que faz muita impressão a quem tem preguiça intelectual e a quem busca respostas imediatas, vemos que o extrativismo leva ao empobrecimento geral. Conduz não só à destruição do meio ambiente e das sociedades, mas também conduz a que os empreendedores alfa, que vencem na selva capitalista e que se tornam os líderes da cadeia alimentar, acabem por fazer haraquiri. Porquê? Porque a visão linear e extrativista não promove o *retro feeding*, isto é, leva à criação de desperdício que não é internalizado no sistema. Precisa sempre de extrair mais, mais e mais, embora a dada altura já não haja mais nada para extrair.

E a chamada economia circular?

Mesmo a economia circular é apenas uma adaptaçãozinha. Metemos o lixo no sistema e já está? Não, é preciso ir muito mais além, é preciso mudar mentalidades, a forma como se estabelecem as relações entre os vários *stakeholders*. Por isso, o foco do Ecoprise Designer é na qualidade das relações que se estabelecem entre os vários componentes do empreendimento, de uma organização ou de uma comunidade. Pergunta-me: e os resultados, então, não importam?

Bom, teríamos que definir o que são resultados.

Exato, também é uma questão de definir o que são resultados. A folha de balanço é apenas um dos resultados. Também é essencial atender à qualidade das relações, à resiliência dessas relações e, no fundo, temos que ir para lá desta visão meramente

cartesiana, quantitativa, linear. Precisamos de uma visão sistémica.

O que vai acontecer nos projetos-piloto que vão realizar?

Fizemos uma grande campanha de recrutamento nos vários países europeus que integram o consórcio. Teremos uma série de aulas, exercícios online e também visitas de estudo. De Portugal, pela qualidade dos projetos apresentados, serão selecionados quatro alunos que, depois, irão à Lituânia para uma ação de formação que vai concluir o projeto-piloto.

Como têm lidado com as assimetrias entre os vários países?

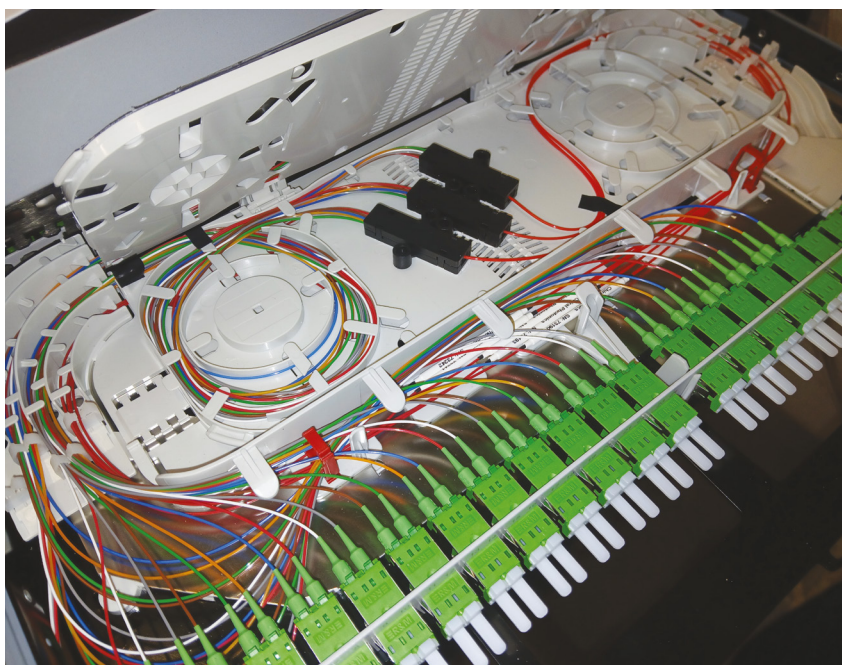
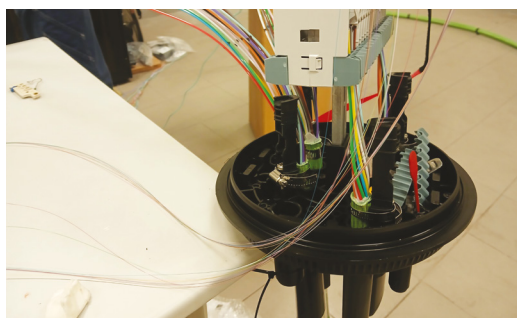
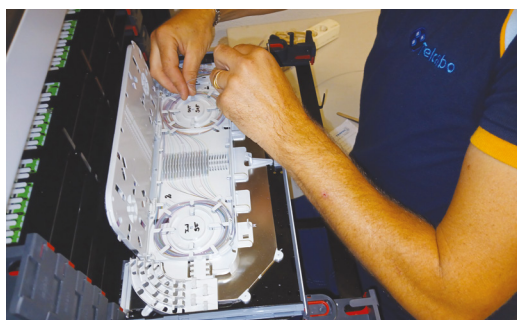
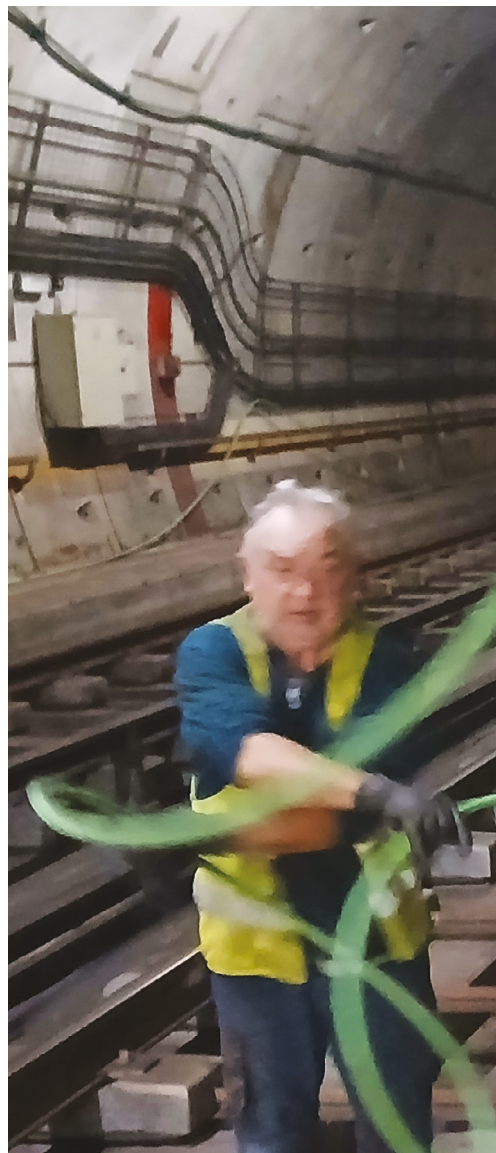
Muito bem, o que temos feito é assumi-las. Por exemplo, as organizações italianas estão baseadas na Sicília, trabalham com o movimento anti Máfia e apoiam organizações de base comunitária cujo objetivo é criar resiliência social e económica contra a Máfia. Há inclusivamente uma organização que está a usar bens que foram expropriados da Máfia para desenvolver este tipo de projetos.

A ideia é sempre trabalhar a partir de baixo e não aceitar desenhos de sociedade a partir de cima?

Sempre, o que obviamente é mais complexo. Há uns tempos, estava na Geórgia quando ouvi um senhor francês, enfermeiro de profissão, dizer que as pessoas são muito mais felizes quando não têm que pensar muito. É verdade, a liberdade exige pensamento. Nos regimes autoritários, é tudo simples, as pessoas não precisam de fazer grande esforço, é só estarem na linha e já está. ■

LUMIRing: o maior banco de ensaios terrestres de fibra ótica multi-núcleo do mundo

Desenvolvido pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, o projeto inovador cria, ao longo da Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa, um banco de ensaios onde vai ser possível realizar testes em condições reais





Ruído, vibração, variações de temperatura, movimentos constantes. Eis algumas das condições que é possível encontrar nos túneis subterrâneos do Metropolitano de Lisboa e que vão permitir a realização de testes, num cenário realista, para averiguar da fiabilidade da tecnologia ensaiada no LUMIRing.

Desenvolvido no Iscte, pelo Instituto de Telecomunicações, sob a direção científica de Adolfo Cartaxo, o projeto está instalado ao longo dos 13 quilómetros da Linha Amarela, formando assim um anel de 26 quilómetros de perímetro. Ao contrário das fibras em que a maioria do tráfego mundial de dados se sustenta, a infraestrutura de Lisboa baseia-se num cabo de fibras multi-núcleo que inclui 12 tubos (sendo que cada tubo contém 12 fibras).

Produzido pelo grupo italiano Tratos, o cabo do LUMIRing contém 74 fibras multi-núcleo (de cinco tipos diferentes, com quatro e sete núcleos) bem como 70 fibras mono-núcleo convencionais. Todas as fibras são fabricadas pelo grupo alemão Heraeus Covantics.

A plataforma do LUMIRing possibilita até 728 quilómetros de fibra de quatro núcleos do mesmo tipo, alcance muito superior ao usado nos bancos de testes existentes até agora.

Na inauguração, a 3 de novembro, Adolfo Cartaxo sublinhou que o banco de ensaios “é um exemplo de ambição nacional”: “De como o País é capaz de construir uma infraestrutura de classe mundial, com impacto na economia do conhecimento e na competitividade.”

iscte EM NÚMEROS

14 675 Estudantes

3 708 Estudantes estrangeiros

117 Nacionalidades

121 Cursos conferentes de grau

149% Índice de satisfação da procura

346 Docentes de carreira

506 Investigadores em exclusividade

8 Unidades de investigação

7 Revistas científicas publicadas

2048 Trabalhos científicos publicados

100% Centros de investigação com
“excelente” e “muito bom” na avaliação
internacional



Prémio Valmor de Arquitetura 2023

ARQUITETOS

Bernardo Pizarro Miranda,
com Pedro Luz Pinto e Susana Rego

Iscte – Conhecimento e Inovação
Edifício 4

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA